

## Mesa 32. Habitar a cidade: espaço de vivências e múltiplas apropriações

Línea temática: Eixo 5 - Habitar la ciudad: escalas y procesos

### **Maria Stella Martins Bresciani**

Professora Titular CIEC – IFCH – Unicamp – Brasil

[sbrescia@lexxa.com.br](mailto:sbrescia@lexxa.com.br)

### **Robert Moses Pechman**

Professor Associado III – IPPUR – UFRJ – Brasil

[robert.pechman@ippur.ufrj.br](mailto:robert.pechman@ippur.ufrj.br)

**Palabras clave:** cidade; cultura; política; escalas; espaços públicos.

#### **Resumen**

Partimos do pressuposto de que a cidade, enquanto artifício/artefato humano, se impõe sobre o espaço da natureza para ser o lugar da política expressa pela palavra, da sociabilidade e do debate, espaço da liberdade e das trocas de mercadorias e ideias. Se ela se constitui como espaço público, como o “lugar” da política que se expressa pela palavra, aceitamos ser essa a forma de ação privilegiada na relação entre os que nelas habitam. Entretanto, como ela se apresenta e é compreendida nos dias atuais?

Até onde a afirmação do direito universal à palavra/à participação efetiva na política se sustenta? O quanto o artefato proporciona/oferece um meio/ambiente para além do exercício político do voto, do expressar a escolha de seus representantes? E quando visualizamos as cidades enquanto espaços de sociabilidade, pressupondo formas de convívio não atravessadas pela violência, supomos a superação da “lei do mais forte”, ou, da “lei do mais fortemente armado”? Como espaços nos quais forças do Estado, formas extralegais de gangues e grupos armados, se inserem de maneiras sub-reptícias ou evidentes no tecido social?

Daí a pergunta: o quanto o artefato cidade proporciona/oferece um meio ambiente que abriga/acolhe os habitantes/cidadãos e os coloca em convívio e relacionamento pela palavra, para além do ato político do voto? No que diz respeito à ação dos profissionais urbanistas, até onde essa ação configura de modo impositivo o ambiente urbano e dá a ver seu avesso perverso? O quanto o mercado imobiliário se apropria de espaços públicos destinados ao lazer e desfrute da natureza? A cidade atual se expõe fortemente fragmentada, em que estão ausentes até mesmo equipamentos básicos, como as redes de distribuição de água, e coleta de esgoto.

Nossa proposta busca escutar-refletir-compreender as representações do que se diz das cidades em diversas escalas: a do habitante que percorre ruas e nelas se encontra/desencontra; dos que buscam bairros com os quais se identificam. Ou dos que se refugiam nas áreas de condomínios fechados, enclaves fortificados para evitar encontros indesejáveis, ou ainda dos que ocupam espaços espontaneamente por estarem excluídos da parte “legal” do ambiente urbano. Nos interessa também investigar sobre as (im)possibilidades de se usufruir os espaços públicos na contemporaneidade, assim: os encontros, os afetos, o agir em termos políticos para além do direito ao voto. Assim também pelo debate, pelas participações na vida pública, por atos de resistência, ou por manifestações/ organizadas.

Também objetivamos pensar por grandes escalas: a das cidades, a dos territórios, e a das metrópoles que, frequentemente, se apresentam como paisagens fragmentadas, cujas

peças parecem mal encaixadas e resultam em imagens esgarçadas. Por fim, refletimos na escala enquanto uma espécie de métrica, forma de orientação dos nossos olhares, das nossas leituras sobre as cidades; e, principalmente como essas também são atravessadas por lógicas de colonialidade e dominação.

**Ponencia 1: Habitar um bairro cosmopolita, moderno e balnearizado Copacabana no tempo dos Cassinos, 1932-1946** (Laurent Vidal, Université de La Rochelle)

**Ponencia 2: Habitar a praia, reinventar o urbano: dilemas da balnearização em Ramos /RJ (1930-1960)** (Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, CRHIA/La Rochelle)

**Ponencia 3: Itinerários urbanos: como a ação urbanística entremeia nosso cotidiano e o que lhe escapa?** (Maria Stella Brssciani, CIEC-IFCH-Unicamp)

**Ponencia 4: Pensando a cidade a partir do bairro: experiências e projetos em São Paulo, Rio de Janeiro e Lisboa 1915-1938** (Angelo Bertoni, Ecole nationale supérieure d'architecture de Strasbourg)

**Ponencia 5: Entre praças (espaços) e imagens públicas** (Stephanie Assaf, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Ponencia 6: Outros Desafios do Mundo Urbano à nossa volta** (Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra)

**Ponencia 7: “Sorria, você está sendo filmado”: insegurança urbana e corpografias do medo** (Suelen Caldas, Universidade Estadual de Campinas)

**Ponencia 8: “Não põe corda no meu bloco”. De música e urbanidade** (Robert Pechman, III IPPUR – UFRJ)



**Título: Itinerários urbanos: como a ação urbanística entremeia nosso cotidiano e o que lhe escapa?**

**Autor/a:**  
**Maria Stella Brssciani**  
Professora titular CIEC-IFCH-Unicamp

### **Mesa 32 : Habitar a cidade: espaço de vivencias e múltiplas apropriações**

**Resumen:** Partimos do pressuposto de que a cidade, enquanto artifício/artefato humano, se impõe sobre o espaço da natureza para ser o lugar da política expressa pela palavra, da sociabilidade e do debate, espaço da liberdade e das trocas de mercadorias e ideias. Se ela se constitui como espaço público, como o “lugar” da política que se expressa pela palavra, aceitamos ser essa a forma de ação privilegiada na relação entre os que nelas habitam. Entretanto, como ela se apresenta e é compreendida nos dias atuais? busca escutar-refletir-compreender as representações do que se diz das cidades em diversas escalas: a do habitante que percorre ruas e nelas se encontra/desencontra; dos que buscam bairros com os quais se identificam.

**Palabras clave:** cidade; escalas; cultura; política; espaços públicos.

*Paysagistas ou não, os architectos são os grandes creadores da beleza urbana.*

Luiz de Anhaia Mello, 1919 (40)

Trago para esta sessão um esboço da pesquisa sobre as condições do **habitar** em nossas cidades atuais, e nela recorto a capital do Estado de São Paulo como exercício de reflexão de pesquisa mais ampla sobre paisagens urbanas. Em que a palavra paisagem é entendida em sua múltipla acepção: visual, sonora, e presente na escrita como projeções visuais imaginárias, propositivas ou mesmo definidas por leis.

Partilho a acepção de paisagem urbana para indagar o quanto as cidades contemporâneas proporcionam um meio ambiente acolhedor aos habitantes-cidadãos, estimulam o convívio

e os relacionamentos. Se considerarmos a partilha das atribuições profissionais, as ações urbanísticas desenham de modo impositivo a configuração do ambiente urbano, mas também expõem seu avesso perverso – a cidade visualmente fragmentada e excludente. Em meio à materialidade do construído quanto “lugar” reservamos para a natureza – parques e jardins – espaços de reencontro com o verde, da imersão na natureza e possíveis formas de convívio social? Como se dá o próprio da cidade – a fala, as várias linguagens – sua sociabilidade? A fala política? Quais ações têm se mostrado o caminho da afirmação cidadã?

Cidades, como São Paulo, apresentam uma urbanização densa e seus espaços abertos acompanham a desigual distribuição da boa urbanização erudita/formal, em contraste evidente com imensas e inúmeras áreas de ocupação informal (Santos, 1990; Maricato, 2019). Ao trazer o *habitar* São Paulo pela dimensão dos espaços livres, jardins e parques em áreas de ocupação irregular, denominadas “franjas periféricas” – ainda que nas áreas centrais da cidade, proponho indagar: qual a atenção dada pelos poderes públicos à implantação e preservação de áreas não edificadas a serem oferecidas à população como espaços livres? (Marques, 2014)

Para pensar o **habitar** em São Paulo me detenho nos espaços verdes – jardins e parques – destinados ao desfrute dos cidadãos e sobre o modo como esses espaços se dispõem no território do município com áreas ajardinadas e equipadas para o exercício físico e o lazer. Minha escolha partiu de observações do eng.arq. Luiz de Anhaia Mello, expressas no final da década de 1920, sobre a significativa ocupação informal de áreas da cidade e de mesmo as áreas formais serem carentes de parques. Como profissional, defendia a implantação de espaços abertos verdes intersticiais ao tecido urbano, em particular na densa ocupação das áreas industriais e operárias. Sua concepção de parques, não só destinados ao deleite estético, mas também à prática de exercícios físicos, ao “recreio activo”, previa que, se em curto espaço de tempo não poderíamos implantar “cidades jardins satélites ou cidades regionais”, a alternativa estava em trazer o “campo” para a cidade – *rus in urbe* – com boa distribuição pela área urbanizada (Mello, 1929<sup>a</sup>, pp. 24-26; 1929<sup>b</sup>, pp. 11-12, pp. 28; Bresciani, 2020).

Assim, avaliar as demandas de urbanização, implica em pensarmos as relações homem–natureza e homem–arte. Especialmente em áreas formadas por longos anos de ocupação informal, denominadas favelas, carentes de equipamentos de infraestrutura e de espaços abertos destinados a práticas diversas – jardinagem, lazer, atividades artísticas – assim

como de espaços de convívio e sociabilidade. Daí a indagação: o quanto a ação coletiva, firme e decisiva dos moradores de área de favelas tem o poder de inverter uma situação desfavorável e restabelecer o *habitar*, como experiência e afirmação de cidadania? A cidade como artefato se impõe, entretanto, a cidade de sociabilidade e do direito à voz política estabelece um corte: o sentido da divisão/exclusão.

### **Áreas verdes na capital paulista: parques urbanos e jardins**

A configuração radioconcêntrica da capital paulista definida nos anos 1910 e confirmada pelo *Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo* (MAIA, 1930) previu um quarto anel, em parte formado por avenidas marginais aos rios Tietê e Pinheiros. Hoje tais marginais têm trânsito intenso por serem vias de ligação entre bairros e, ainda constituem, sem a conclusão do Rodoanel, entradas de rodovias que levam a outros Estados. O esquema proposto no *Plano de Avenidas* priorizou a questão viária, um traçado de vias radiais conjugadas a anéis concêntricos e seu “Schema theorico de São Paulo” pouco previu áreas verdes de preservação da vegetação nativa ou destinadas ao lazer do paulistano no perímetro interno ao quarto anel (Maia, 1930, pp.52).

Há aproximadamente uma década, em trabalho de 2013, Mimnios e Furlan informavam com base em dados oficiais que:

Em “2005 a cidade possuía 34 parques municipais totalizando 15 milhões de m<sup>2</sup> de áreas protegidas municipais. Em 2009 esses números subiram para um total de 60 parques e uma soma de áreas correspondente a 24 milhões de m<sup>2</sup>, e a meta para 2012 era atingir 100 parques somando uma área corresponde a 50 milhões de m<sup>2</sup> (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Programa 100 Parques, 2012).

Apresentam também as características dos parques urbanos definidas pela espacialização e demanda social:

Os principais elementos para um parque urbano são a sua geografia física, a sua função urbana e o relacionamento com seu entorno, segundo Kliass (1993). Atualmente essa visão de contexto deve ter como referência estudos urbanísticos, paisagísticos e da ecologia de paisagens. Um tripé novo no planejamento da criação de parques e unidades de conservação urbanas. (Limnios; Furlan, 2013, pp.13)

Em abril deste ano, o site<sup>1</sup>, da Divisão de Gestão de Parques Urbanos - DGPU da Secretaria do Verde e o Meio Ambiente (SVMA)<sup>2</sup> do município de São Paulo, informa ser

<sup>1</sup> [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/menu/index.php?p=221455](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/menu/index.php?p=221455)

<sup>2</sup> A SVMA foi formada por Lei 11426 em 18.10.1993º site .

“responsável direta pela gestão dos 105 parques municipais urbanos, incluídos aí os lineares” e define suas características:

situados dentro da cidade, podem proteger trechos de mata ou lagos dentro do perímetro urbano. Possuem um sistema próprio de administração, com portaria, zeladoria e proteção física ao seu redor (gradis). Seu foco é a proteção da biodiversidade, mas suas instalações contemplam recursos para o lazer e até a prática esportiva, em alguns casos (SVMA, 27.04.2022).

Por sua vez, os parques lineares “em geral são abertos (sem gradis)”, embora alguns os possuam. Sua principal função é:

“proteger e recuperar as áreas de preservação permanente e os ecossistemas ligados aos corpos d’água; proteger, conservar e recuperar corredores ecológicos; conectar áreas verdes e espaços públicos; controlar enchentes; evitar a ocupação inadequada dos fundos de vale; propiciar áreas verdes destinadas à conservação ambiental, lazer, fruição e atividades culturais; ampliar a percepção dos cidadãos sobre o meio físico” (art. 273 do PDE – Plano de Desenvolvimento Estratégico, Lei 16050, 31.07.2014).

A SVMA lista 105 parques e sua respectiva localização em zonas da cidade, sendo essa relação a seguinte: Norte – 12, Sul – 32, Leste – 33 e a Centro-Oeste 25 que inclui jardins públicos e parques da área central da capital (SVMA, 20.05.2022). Dentre os 32 parques da Zona Sul, o Parque Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva se situa no limite da área da favela-bairro Paraisópolis, com área de 68.000m<sup>2</sup>, e foi inaugurado recentemente em 18.09.2021. O parque “conta com nascentes, curso d’água e vegetação de grande porte”, e nele se prevê a instalação de “área com pergolado, deck, estares, edifício administrativo, área de exercício e parquinhos”. Na mesma Paraisópolis se localiza também o parque Sanfona, não listado pelo SVMA. O que justifica sua ausência?

### **Paraisópolis: a desigual ocupação expõe a cidade cindida/esgarçada**

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) traz um histórico da formação da favela-bairro Paraisópolis:

originou-se de um loteamento destinado à construção de residências para a classe alta realizado em 1921, resultado da divisão da antiga Fazenda do Morumbi em 2.200 lotes com quadras regulares de 10m x 50m e ruas de 10m de largura. A partir da década de 1950 iniciou-se a ocupação dos terrenos, na época não-habitados e de caráter semirrural, por famílias de baixa renda, em sua maioria migrantes nordestinos, atraídos pelo emprego na construção civil e na década seguinte a região se valorizou com a construção de um estádio, a abertura da Avenida Giovanni Gronchi, a implantação de dois cemitérios. Em 1970 já residiam irregularmente 20 mil habitantes. E ao mesmo tempo novos bairros nobres e seus condomínios luxuosos eram criados ao redor das áreas de ocupação, prédios e residências muitas vezes construídos com a mão de obra dos próprios moradores de Paraisópolis, em grande parte formada por migrantes do Nordeste do país (SVMA, 23.04.2022).

Contudo, a área não teve planejamento formal, se densificou de modo desorganizado e a reivindicação de demandas estruturais só surgiu com a formação da União dos Moradores da Favela de Paraisópolis. Como resultado, entre 1983 e 1985, atendendo as reivindicações dos moradores, o município instalou postes de iluminação e encanou a água em algumas regiões da favela. Nesse período, verificou-se que 96,8% da população residente não era proprietária legal dos terrenos. Uma vez em que, “a região pouco mudou até o começo dos anos de 1990, quando foram implantadas redes de drenagem e esgoto e ocorreu a pavimentação de poucas vias” (Mezevieiro; Silva, 2018).

Mezevieiro e Silva, em trabalho detalhado sobre a sequência de gestões municipais de Paulo Maluf (1993-1996) até a de Fernando Haddad (2013-2016), referentes a atuações em áreas de ocupação informal, datam o surgimento das favelas na cidade de São Paulo na década de 1940, embora tenham se tornado fenômeno urbano de larga escala somente nas décadas de 1960 e 1970. As autoras se baseiam em estudo de Taschner (Taschner,2006, pp.180) para expor o desenvolvimento das favelas:

1º) anos 40 até os anos 60, quando aparentemente surgiram as favelas na cidade, com textos apenas estatísticos da Divisão de Documentação da Prefeitura de São Paulo. Favelas eram “doença” da cidade e favelados grupo marginal, a remover;

2º) anos 70 – início da expansão das favelas em São Paulo e propostas de intervenção com alojamentos provisórios, pela extinta Secretaria do Bem-Estar Social do Município de São Paulo – Sebes; em pleno período autoritário a política municipal paulistana não se resumia às remoções;

3º) anos 1980 – urbanização de favelas por programas estaduais, como Proluz e Proágua, municipais (Profavela) e do BNH (Promorar);

4º) meados dos anos 80 até 1988 – retorno das remoções e instalação de construção de moradias populares com parcerias privadas (operações interligadas);

5º) anos 90 – urbanização de favelas por políticas municipais.

(Taschner, 2006, pp. 180)

Entretanto, quando da gestão municipal de Paulo Maluf (1993-1996) e de Celso Pitta (1997-2000), as políticas de desfavelamento, principalmente em áreas muito valorizadas, ocasionaram a remoção de parte da população para áreas contiguas, como Paraisópolis, expandindo-se para áreas de declive pronunciado – o Grotão e o Grotinho. Ainda outras duas ocupações irregulares, Porto Seguro e Jardim Colombo, foram incluídas e formaram o Complexo Paraisópolis.

Com a disponibilidade de espaço e a oferta de trabalho na construção civil dos bairros de população de alta renda nas proximidades, a SVMA afirma que “no início do século XXI Paraisópolis já se tornara a segunda maior comunidade em solo paulistano e começaria a

receber investimentos públicos”. Em 2005, foi iniciado um processo de urbanização e regularização dos imóveis construídos irregularmente com investimentos do poder público (em escala municipal, estadual e federal) em mais de R\$ 250 milhões de reais e da iniciativa privada, em área. Assim, “de acordo com decreto assinado pelo prefeito Gilberto Kassab, donos de imóveis ocupados poderão doar seus antigos terrenos em troca de abatimento de eventuais dívidas com a prefeitura” (SVMA, 14.06.2022). O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) computava em 2021, quando a população comemorou os cem anos do bairro, que Paraisópolis contava com mais de 100 mil habitantes, 21 mil domicílios em uma área de 10 km<sup>2</sup>, ou seja, afirmam, “o bairro podia ser considerado uma cidade”.

Paraisópolis é parte de um conjunto significativo de favelas da capital paulista, assim dispostas: Zona Sul – 796; Zona Norte – 373; Zona Leste – 372; Zona Oeste – 91; Área Central – 4, para uma população, estimada para toda a capital e neste ano de 2022, de 12.390.372 habitantes. Em de janeiro de 2021, constava no site da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade de São Paulo (SMH) que o *Programa de Urbanização de Favelas* a ser desenvolvido teria como “foco a urbanização e a regularização fundiária de áreas degradadas, ocupadas desordenadamente e sem infraestrutura”. Como parte do *Programa* se previa “a regularização fundiária dessas áreas que, por sua vez, [seria] fundamental para promover a inserção dessa população no contexto legal da cidade”. E destaca: “Este é o maior Programa de Regularização Urbanística e Fundiária do país e abrange ainda loteamentos irregulares e precários” com o objetivo de:

transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros, garantindo a seus moradores o acesso à cidade formal, com ruas asfaltadas, saneamento básico, iluminação e serviços públicos. O programa também incluía o reassentamento de famílias – em caso de áreas de risco – e a recuperação e preservação de áreas de proteção dos reservatórios Guarapiranga e Billings [represas], além de melhorias habitacionais (SMH12.01.2021).

A Secretaria Municipal de Habitação acrescenta uma lista de ações a serem desenvolvidas, dentre elas, a implantação de redes de água e de coleta de esgoto; a execução de redes de drenagem de águas pluviais e de córregos; melhorias viárias para veículos e pedestres, com pavimentação e abertura de ruas e vielas, possibilitando, o tráfego de ônibus, ambulâncias e caminhões de coleta de lixo; iluminação pública; áreas de lazer e centros comunitários; construção de unidades habitacionais para reassentar família deslocadas por obras e a tão desejada regularização fundiária.



## **Complexo Paraisópolis – áreas verdes, espaços de lazer, de produção e de sociabilidade**

A imagem aérea atual do Complexo Paraisópolis, acessível pelo *google maps*, expõe uma mancha diferenciada do seu entorno; o aglomerado irregular das moradias configura a alta densidade da área ocupada, atravessada por um traçado de vias ortogonais implantadas pelas iniciativas municipais previstas no *Plano de Urbanização de Favelas* (SMH, 2022). O forte impacto visual desse tecido urbano se faz pelo seu entorno composto por áreas de intensa arborização, bairros jardins, clubes, cemitérios jardins, escolas, em franco contraste com Paraisópolis e a ausência de áreas abertas, principalmente jardins, praças e parques para o lazer e convívio coletivo. Fotos, feitas a partir de posicionamento em andares altos de prédios em condomínios de classes altas vizinhos à favela, permitem ver ruas tortuosas e becos, e em situação inversa, fotos feitas em ruas de Paraisópolis oferecem a perspectiva do contraste entre tipos de edificações, e de pessoas em seus percursos diários. Ruas com 10m de largura e calçadas para pedestres coexistem com estreitos becos, desníveis evidentes na topografia irregular, e a sobreposição de pisos sobre construções precárias expressa soluções possíveis na densificação da favela.

Sem dúvida, integrar as favelas à cidade formal, na gestão Marta Suplicy 2001-2004, foi uma decisão fundamental que possibilitou a formulação de projetos específicos, dentre eles o *Nova Paraisópolis* (datado de março de 2004). As ações tiveram continuidade intermitente nas gestões subsequentes, José Serra (01.2005 – 03.2006) e de Gilberto Kassab (2006 – 2012), com 3 etapas de obras – pavimentação de ruas, implantação de sistema de distribuição e coleta de esgoto domiciliar, drenagem de áreas alagas e canalização de córregos, oferta de algumas unidades habitacionais. Informe de outubro de 2009 do site das Subprefeituras, se enfatizava o *Projeto de Urbanização de Favelas* ser o maior realizado na América Latina, com ações que fariam surgir “um novo cenário urbano, com a implantação de áreas verdes, parques lineares, sistemas de iluminação, esgoto, água potável, canalização de córregos e construção de unidades habitacionais, entre outras”. Confirmava-se a intenção de promover a “qualidade de vida e a inserção da comunidade na cidade formal, com a regularização fundiária sendo um dos principais objetivos” (Cidade de São Paulo Subprefeituras, 10. 2009).

Quando prefeito (2013-2016), Fernando Haddad estabeleceu parceria com o *Programa Minha Casa, Minha Vida* (PCMCMV, do governo Federal brasileiro) para o *Programa de Urbanização e Regularização de Favelas e Loteamentos Irregulares*. O intuito era evitar

remoções, promover e integrar a política habitacional com educação, saúde, geração de emprego, transporte e mobilidade urbana, e optar por edificações verticalizadas. Em matéria de 5 de setembro de 2013, a Secretaria Municipal de Habitação expunha nove dessas intervenções a serem feitas em Paraisópolis, dentre elas o Parque Sanfona, Escola da Música, Avenida Perimetral e um Viaduto que facilitaria o fluxo viário com saídas para grandes avenidas e bairros da região do Morumbi (SMH-SP 2013).

Entretanto, a indagação-foco deste texto persiste: dentre as sucessivas ações previstas no Programa de Urbanização de Paraisópolis, o quanto de áreas verdes foram oferecidas em meio ao denso tecido edificado da favela, áreas abertas para propiciar o convívio social e diversas formas de manifestações? Informações sob designação de parques em Paraisópolis temos duas: Parque Sanfona e Parque Municipal Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva, este o único a constar da lista de parques municipais da SVMA (23.06.2022).

### **O verde enfim se faz ver**

Em matéria disponibilizada em 25/05/2018, a SMH expunha o andamento das obras de contenção de uma acidentada área de 10.918 m<sup>2</sup>, destinada ao Parque Sanfona, para nela serem construídas 399 unidades habitacionais para acolher cerca de 23 mil famílias. Iniciadas em 2015, como parte da 3<sup>o</sup> etapa do projeto de urbanização de Paraisópolis de 2005, nessas obras foram investidos 16 milhões de reais, provenientes do Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura (FMSAI). As ações urbanísticas encontraram, contudo, em 2015, resistência à desocupação dessa área de cerca de 12.000m<sup>2</sup>, e as obras só foram retomadas em maio de 2016 (SMH, 13.05.2016)<sup>3</sup>.

Em abril deste ano, a Secretaria Municipal de Comunicação informava que dentro do Programa de Metas:

o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, autorizou nesta terça-feira (12) o início das obras de 349 unidades habitacionais no Conjunto Parque Sanfona, em Paraisópolis. As famílias que serão contempladas foram removidas de áreas da região e atualmente recebem auxílio aluguel. Conforme o prefeito, a entrega das chaves está prevista para o segundo semestre de 2024. “Nosso compromisso em contrato é concluir as obras até outubro de 2024 (SMC, 12.04.2022).

---

<sup>3</sup> No site da de paauw architecture de 2018 é exposta a área e o projeto para o Parque Sanfona (acesso 08.2022).

As imagens do Conjunto Parque Sanfona, disponibilizadas pela Secretaria de Comunicação, mostram prédios a serem implantados nos diversos patamares do terreno íngreme ajardinado, com 349 unidades habitacionais, divididas em três condomínios: J, K e L. Afirma-se que “o empreendimento terá áreas de lazer coberto e descoberto, e apartamentos com 52,38 m<sup>2</sup> com dois dormitórios, sala de estar e jantar, cozinha, banheiro e área de serviço e mais a criação de um espaço público destinado ao lazer e ao convívio da população” (SMC, 12.04.2022).

Logo, se considerarmos áreas de parque com vegetação, Paraisópolis só tem o Parque Municipal Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva. Tal parque foi inaugurado em 18 de setembro de 2021,<sup>4</sup> sendo situado na área limdeira da favela, à uma distância considerável de grande parte dos moradores de boa parte do Complexo. O Site da SVMA detalha haver nascente, curso d’água e vegetação de grande porte, deck, estares, edifício administrativo, área de exercício e parquinhos (SVMA, 23.06.2022).

É necessário, porém percorrer, para além das ações institucionais, quais iniciativas partiram dos próprios moradores. Duas delas, “Horta na Laje” e “Fazenda urbana”, proporcionam à população local parte da necessidade de alimentos, e assim, introduzem espaços verdes em interstícios desocupados. O Horta Agro-Favela ReFazenda está “localizado logo na entrada de Paraisópolis, e conta com centenas de vasos, canteiros e uma grande horta vertical com capacidade de produção de 960 pés de hortaliças. Tudo isso permeado por vasos de flores, que, cuidadosamente escolhidas, servem como repelentes de insetos, já que toda a produção é orgânica” (Lima, 28-10.2021).

Em artigo de 24 de janeiro deste ano, a jornalista Chantal Brissac discorria sobre a expansão do projeto “fazenda urbana” de Paraisópolis, iniciado em outubro de 2020, ocupando uma área de 900m<sup>2</sup> no espaço central do complexo, e “abrigoando horta vertical hidropônica com capacidade para 960 pés de hortaliças e, no chão, canteiros e caixas onde brotam 60 tipos de legumes, verduras, ervas aromáticas, flores comestíveis e frutas” (Brissac, 24.01.2022). Essa esclarece tal projeto ter sido “batizado de AgroFavela-ReFazenda, em homenagem à canção de Gilberto Gil”. A produção de 2 toneladas no “ano de 2021 duas toneladas de hortaliças cultivadas e distribuídas para os moradores”, hoje

---

<sup>4</sup> Lei de criação 14.750 (28.05.2008); Lei de denominação 17.308 (14.01.2020); Subprefeitura Campo Limpo, Distrito de Vila Andrade, área 68.000m<sup>2</sup>.

cerca de 100 mil pessoas, incentivou o “projeto Mãos de Maria, que produz quentinhas para os locais e mantém um restaurante”. E prossegue:

"Quem conheceu o pavilhão antes e o visita hoje vê uma diferença enorme", diz Gilson Rodrigues, idealizador do projeto e presidente do G10 Favelas, bloco de líderes e empreendedores formado por moradores das dez maiores comunidades do Brasil. O terreno árido e cinza virou um espaço verdejante e fresco. "Virou terapia para muitas pessoas: passar um tempo na horta, ajudar a cuidar e ver as plantas crescerem.

Gilson começou a desenhar o AgroFavela na sua cabeça ainda em Itambé, na Bahia, sua cidade natal: "Eu chegava na casa da minha tia Vitoria, de 108 anos, e via que ela tinha uma horta imensa no quintal. E matutava por que as pessoas em São Paulo não têm horta. Um dia subi nas lajes dos moradores, olhei para tudo aquilo e pensei que era lá mesmo, em cima de cada laje, que podia caber uma horta."

Desse modo, o AgroFavela vinha somar-se ao Horta na Laje, de 2017, projeto que contou “com suporte do Instituto Stop Hunger, ligado ao grupo Sodexo”<sup>5</sup> e teve como parceiros “professores de agronomia da Unesp” (Lima, 28.10.2021). O sucesso da iniciativa mereceu prêmio da ONU e tornou-se o coração do bistrô Mãos de Maria que empodera mulheres pela gastronomia, e também vende refeições a preços populares” (Brissac, 24.04.22).

Entre trazer o verde, instaurar espaços de produção coletiva de alimentos, proporcionar o convívio em área de trabalho e lazer e promover visitas-turísticas no “bairro-favela Paraisópolis”, e o acesso à elementos essenciais da urbanização formal, o tornar-se uma área de cidadania plena, ainda se dispõe no espaço dos desejos a serem conquistados. Se não, por que a Associação dos Amigos do Condomínio Jardim Vitória Régia, colado ao belo Parque Municipal Paraisópolis e vizinho do Parque Sanfona, local onde serão construídos prédios modernos para acolher parte da população do bairro, e os removidos da área quando do início dos trabalhos de remodelação do terreno para a contenção das encostas, solicitou à Prefeitura que não instasse a porta 2 pelo lado do condomínio? Até onde o Projeto de integrar as favelas à cidade formal, da gestão Marta Suplicy 2001-2004, e a sequência de ações voltadas para a urbanização de Paraisópolis a integrou efetivamente à cidade formal?

---

<sup>5</sup> São Paulo, junho de 2017 – Com a missão de estimular a produção sustentável de hortaliças e promover a alimentação saudável, o Instituto STOP Hunger, mantido pelo Grupo Sodexo, lançou na última semana o projeto Horta na Laje, sediado na União dos Moradores da Comunidade de Paraisópolis. Esta é mais uma das ações da Servathon 2017, a maratona mundial de voluntariado no combate à fome e à má nutrição que aconteceu entre os dias 03 de abril e 31 de maio. (Stop Hunger, 31.05.2017). Há mais de 50 anos, o propósito da Sodexo é promover a qualidade de vida e desenvolver as comunidades por todo o mundo. A filosofia está no cerne do Instituto Stop Hunger, organização sem fins lucrativos que recebe o apoio da Sodexo e trabalha há 23 anos para reduzir a fome e a má nutrição no mundo. (Sodexo, 30.04.2019)

Paraisópolis, afinal, ainda se apresenta no mapa como um tecido esgarçado, nitidamente diferenciado do seu entorno de bairros jardins e constitui motivo para indagar sobre sua semi-integração ou não-integração à cidade formal. O entorno do bairro-favela Paraisópolis se estende como nítida fronteira à densa ocupação informal, a despeito da grelha de ruas largas e infraestrutura, e se destaca da “vizinhança” jardim que já mostrou o desejo/intenção de murar a favela...

### Referências bibliográficas:

Bresciani, Maria Stella. *Rus in urbe*. Ética e estética na acepção do urbano em Anhaia Mello in *Luiz de Anhaia Mello*. Um pioneiro do urbanismo paulistano (Simões Jr., J.G.; Angotti-Salgueiro, H., org.), São Paulo: Ed. Mackenzie, 2020, 263-301.

Brissac, Chantal. *Paraisópolis tem fazenda urbana*. UOL (24.01.2022).

Cidade de São Paulo – Subprefeituras – Projeto Paraisópolis. Conheça o projeto que está mudando a cara de Paraisópolis (06.10.2009)

Cidade de São Paulo – Prefeitura Municipal. (2004). *Balanço qualitativo de gestão: 2001-2004* São Paulo: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB)

Cidade de São Paulo – Prefeitura Municipal. Secretaria da Habitação (SMH). *Projeto de urbanização de Paraisópolis é referência internacional em habitação sustentável* (11.09.2018); *Obras de infraestrutura Parque Sanfona* (2018); *Obras de Urbanização no Parque Sanfona, em São Paulo, são concluídas* (25.05.2018); *Caderno-Parque-Sanfona\_r1-lve.odf* [acesso 20.05.2022]; *Programa de urbanização de Favelas* (12.01.2021)

Cidade de São Paulo – Prefeitura Municipal – Secretaria da Comunicação (12.04.2022). *Prefeitura assina início de construção de 349 unidades habitacionais em Paraisópolis*.

Cidade de São Paulo – Prefeitura Municipal. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) (23.06.2022) *Parque de Paraisópolis - Lourival Clemente da Silva*.

Cidade de São Paulo – Prefeitura Municipal. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) SIMA participa da inauguração do Parque Paraisópolis. 18.09.2021.

Figueiredo, Ana Carolina Carvalho. Habitação Social e o Programa de Urbanização de Favelas, o conjunto Paraisópolis em São Paulo. *RISCO*, v. 19, 2021.

Libeskind, Claudio et alii. *Parque Sanfona*. São Paulo.BR. (2011-2-14) de paauw architecture (pdf-2019).

Lima, Claudia de Castro (28.10.21). Em parceria com Instituto Stop Hunger, horta urbana de Paraisópolis já produziu mais de 1.2 tonelada de hortaliça. Sodexo.

Limnios, Giorgia; Furlan, Sueli Ângelo (2013). Parques urbanos no Município de São Paulo – SP (Brasil): espacialização e demanda social

Machado, Raquel Werneck. O processo de urbanização da favela Paraisópolis (SP), desigualdade ou acesso ao direito habitacional? In *4º Colóquio Brasil-Portugal*, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 7-1-11.2016.

Maia, Francisco Prestes (1930). *Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, S. Paulo, Cayeiras, Rio.

Maricato, Ermínia. Para entender a crise urbana no projeto da cidade contemporânea. *Primeiras Aulas* (coord. Adalberto Retto Jr.) UNESP/Bauru, 2019.

Marques, Eduardo (2014). Estrutura Social e Segregação em São Paulo: Transformações na Década de 2000, DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 3, 2014, pp. 675 a 710.

Mello, Luiz de Anhaia (1929). O Problema Psychologico in *Problemas de Urbanismo*. Bases para a resolução do problema técnico. Instituto de Engenharia de São Paulo, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas.

Mello, Luiz de Anhaia (1929). *Problemas de Urbanismo*. O recreio activo e organizado das cidades modernas. Instituto de Engenharia de São Paulo, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas.

Meziviero, Ana Carolina; Silva, Alane Santos da (09-12. 2018). O Caso do Complexo Paraisópolis em gestões: diferenças conceituais em programa de intervenção em favelas em São Paulo, *Rev. Bras. Gest. Urbana* 10(3). <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.003.AO03>

Pizarro, Eduardo Pimentel. *Interstícios e interfaces urbanos* como oportunidades latentes: o caso da favela de Paraisópolis, Mestrado-FAUUSP, 2014.

Rede Brasil Atual (RBA) (08.06.2017) Em São Paulo, projeto cria hortas comunitárias nas lajes de Paraisópolis.pdf.

Samora, Patrícia Rodrigues. Os desafios da política de urbanização em São Paulo, uma revisão do programa Bairro Legal (2001-2004) e das ações posteriores. *III ENANPARQ*, São Paulo, 2014.

Santos, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada*. O caso de São Paulo. Nobel, 1990.

Sodexo. Conheça o Projeto Horta na Laje, em Paraisópolis (30.04.2019)

Stop Hunger (21.05.2017) Lança horta comunitária em Paraisópolis; (28.05.2021) Fazenda Urbana de Paraisópolis produziu mais de 500 kg de hortaliças até março.

Werneck, Raquel Machado (2016). O processo de urbanização da favela Paraisópolis (SP) desigualdade ou acesso ao direito habitacional? *4º Colóquio Brasil-Portugal – 7-10.10.2016*, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Wikipédia (24.09.2022). Paraisópolis (Bairro de São Paulo).



## **Título: Entre praças (espaços) e imagens públicas**

**Autor/a:** Stephanie Assaf, Doutoranda do Programa de pós-graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

## **Mesa: 32\_Habitar a cidade: espaço de vivências e múltiplas apropriações**

**Resumen:** As praças, mais do que elementos fundamentais de morfologia urbana, expressam a noção de espaço público por excelência. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, os espaços públicos perdem cada vez mais valorização nas cidades. Antes lugares essenciais para a vida urbana, seja para pequenos encontros e/ou grandes eventos; hoje, as representações predominantes desses os figuram mais enquanto lugares residuais, ou de passagem. Assim, discute-se esse processo com ênfase nas transformações dos espaços públicos e nas esferas públicas na contemporaneidade.

**Palabras clave:** *Cidade, praça, espaço público, esfera pública, política.*

Do que nomeamos como cidade muito pode ser dito, assim como podemos estudá-las por vários viesses, adentrá-las por diversas portas. Uma alternativa viável para observá-las pode ser estruturada pelo diálogo com conceitos, inclusive de outros campos do saber, tal como da linguística. Por tal perspectiva e metodologicamente, nessa reflexão opera-se com a figura de linguagem nomeada como metonímia, figura essa que se refere à seleção e ao destaque de uma parte significativa de algo para representá-lo como um todo. Assim, faço uma aproximação de sentidos e significados possíveis de praça, espaço público e cidade, para refletir sobre alguns atributos, conformações e padrões de reprodução social que atravessam essas instâncias na contemporaneidade e em outros contextos, especialmente os relacionados com conformações existentes na antiguidade clássica.

Historicamente, as praças expressam a noção de espaço público por excelência, para além dessas serem elementos fundamentais para estruturação das cidades, o que se aplica quando observamos dinâmicas sociais, fluxos comerciais, e até mesmo aspectos referentes à morfologia urbana, por exemplo. Portanto, em diversas modulações e períodos, a existência das cidades não foi, nem se faz possível sem os espaços públicos. Ainda que partindo desses postulados como verdadeiros, tais instâncias e categorias mencionadas se reconfiguram constantemente, se alterando em conjunto com transformações nos arranjos produtivos, sociais, culturais e econômicos, tanto como ao longo dos tempos.

Nesse sentido, nas cidades-estados (*pólis*) da Grécia antiga, as praças, nomeadas como *Ágoras*, eram os epicentros da vida pública e, logo, das pólis. O historiador e antropólogo Jean-Pierre Vernant apontou que, aproximadamente no século VIII a. C., a emergência da cidade-Estado ocorreu em decorrência de alterações fundamentais nos assentamentos humanos (Vernant, 2004, pp. 222). Anteriormente, as conformações espaciais relativas aos assentamentos humanos eram reconhecidas como “cidadelas reais”, sendo demarcadas por forte monumentalidade que se manifestava reverenciando a um poder único e a um líder soberano. Ao passo que nas *póleis* a distribuição espacial passou a gravitar em torno da centralidade da *Ágora*, da praça pública, ou seja: da vida pública estruturada pelo compartilhamento de poder entre diversos sujeitos.

A *Ágora*, além de lugar referencial no que tange os aspectos físicos-espaciais das *póleis*, também era onde aconteciam as trocas, onde estava o mercado, como ainda era “por excelência o lugar onde circulava livremente a palavra entre parceiros iguais” (Vernant, 2004, pp. 222). Contextualizo tal passagem e esqueço um pouco das relações comerciais que ocorriam nesses espaços, para extrair dois pontos essenciais desta.

O primeiro, mais direto e óbvio, é relacionado ao fato de que a dimensão física das praças supria importante suporte material que proporcionava a existência da vida pública nessa conjuntura. O que ocorria mediante o trânsito livre de palavras que, necessariamente, deveria ser neste espaço específico nas cidades. Também se destaca a importância da circulação da palavra falada (e não escrita) para as atividades da vida pública. Assim, podemos pensar nas praças da antiguidade como espécies de palcos em que os sujeitos, pela posse da palavra, poderiam “teatralizar” e “dramatizar” os assuntos considerados públicos/coletivos.



O segundo ponto, a ser extraído dessa passagem, é referente à junção entre as noções de igualdade e liberdade, amalgamadas tanto nessa afirmação de Vernant, mas, para além disso, associação central para configuração das democracias antigas. Ambos princípios são aplicáveis diretamente aos sujeitos da cidade, ou “parceiros iguais” nos termos do historiador. É importante também discriminar para quais sujeitos essas condições eram válidas, uma vez em que eram apenas esses que poderiam ser denominados como cidadãos nesta dada conjuntura. Ou seja, eram esses quem de fato portavam a palavra para participação da vida pública e, por consequente, dos processos de deliberação sobre os assuntos da vida comum nas cidades da antiguidade.

Neste contexto, os sujeitos passíveis de serem considerados iguais eram apenas homens e obrigatoriamente homens livres, necessariamente não escravos, e nem estrangeiros. Para mulheres, para crianças, e para aqueles escravizados restava apenas a vida privada. Ou, dito de outra forma: para esses estratos enumerados sobrava a privação da vida pública e da condição de cidadania.

Ilumino ainda o fato de que, nas pólis, o percentual dos cidadãos – sujeitos agraciados com as condições de igualdade e liberdade – correspondia à uma pequena minoria de sua população total. Segundo o historiador Richard Sennett, essa proporção representava algo em torno de quinze até, no máximo, vinte por cento da população das *póleis* (Sennett, 2003, pp. 47).<sup>1</sup> Rigorosamente dentro das condições listadas e considerando as democracias antigas, independente de classe social, a totalidade dos sujeitos “iguais” poderia então participar da vida pública da pólis, o que se dava pelo intermédio da palavra e nos espaços públicos.

Nessa conjuntura e como exercício analítico, as definições de espaço público, que operamos atualmente, podem ser acionadas para pensarmos o papel das praças/Ágoras nas cidades da antiguidade. O que, naturalmente, deve ser feito com cautela e considerando as limitações de tal procedimento. Assim, no período observado, as praças, que aqui serão pareadas e entendidas como correlatas à categoria de espaço público,

---

<sup>1</sup> “Embora todos os cidadãos, ricos ou pobres, pudessem frequentar a Ágora, a maioria dos eventos cerimoniais e políticos que ali ocorriam eram inacessíveis à imensa população de escravos e estrangeiros — *metecos* — que sustentavam a economia da cidade antiga. Estima-se que o número de cidadãos da Ática, no século IV a.C., oscilasse entre vinte a trinta mil, para uma população total de 150 a 250 mil. Ao longo da era clássica, eles nunca foram mais do que 15% a 20%, correspondendo à metade dos homens adultos” (Sennett, 2003, pp. 47).

forneciam suportes físicos/materiais fundamentais para a existência da vida pública, o que possibilitava a existência de ações políticas e das democracias (antigas).

Evidentemente, apenas a materialidade desses espaços não assegurava todas essas dinâmicas e possibilidades. As dinâmicas que neles ocorriam, relacionadas com seus aspectos e atributos imateriais eram fundamentais tanto para os qualificar, como para garantirem que fossem centralidades para a vida pública. Nesse sentido, Hannah Arendt segue as definições dadas por Aristóteles no Livro I da Política, ao afirmar que “ser político, viver em uma pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência” (Arendt, 2020, pp. 203). Ao passo que, por outra via, os modos pré-políticos ou incidiam em outras formas de organização social (dos povos chamados bárbaros, por exemplo), ou estariam circunscritos e restritos ao âmbito das vidas privadas, o que se dava nas famílias, dentro de seus lares.

Especialmente quando elemento estruturante dos debates que caracterizam a vida pública, a palavra tem uma função central nessa conjuntura. Pois, a palavra é basilar para existência e até mesmo para o aprofundamento de reflexões sobre política e sobre democracias, principalmente nos contextos e sentidos aqui trabalhados. Segundo Aristóteles, a palavra compõe uma habilidade humana que diferencia os homens de outros animais, ainda que ambos sejam capazes de usarem a voz (*phoné* no grego) como instrumento de expressão de sensações (Aristóteles, 2011, pp. 37). Todavia, para além dessas funções e através da palavra, os homens podem manifestar o justo e o injusto, e se articularem no sentido do bem e do mal. Ou seja, por deterem essa capacidade ética, podem sistematizar e processar o mundo em sistemas morais e lógicos (*logos*), que sustentam as ações políticas e são essenciais para a vida pública.

Portanto, sem a palavra não seriam possíveis nem a emergência, nem as movimentações e dinâmicas do que pode ser categorizado por vida pública. Assim, a palavra é componente central que anima os espaços públicos que, por sua vez, são basais para pensarmos as cidades da antiguidade, tal como as de hoje em dia. Procedimento que, importante mencionar, jamais deve ser feito sem considerarmos as diferenças entre elas, não apenas as relacionadas aos contextos históricos.

Retiro, de uma reflexão da historiadora Stella Bresciani, uma advertência deixada pela filósofa Myriam d’Allonnes, relativa aos exercícios de análise sobre questões referentes às esferas da política e da democracia:

os gregos estão tanto muito longe (Atenas do séc. V a.C., a do século de Péricles que não tem muita coisa em comum com nossa modernidade política) e muito perto na medida em que nos colocam problemas que nunca deixaram de nos preocupar. Eles nos legaram uma herança, que mesmo apesar das sucessivas interpretações, vão além das condições históricas nas quais pensamos (ou não) e praticamos (ou não) a política (D'Alonnes, 1999, pp. 24).

Após essa ressalva, também reforço que o vocábulo “palavra” pode ser conceitualmente entendido de maneira mais aberta do que aparenta à primeira vista, e que o mantive em respeito ao seu uso pelos filósofos supracitados. Pois, muito mais do que um termo genérico, esse também significa componente que é elemento partícipe e estruturante na comunicação, e que possibilita o diálogo em contraposição com a violência, como afirmou Hannah Arendt. Nessa mesma chave de leitura, pode ser adicionada ainda mais uma outra camada de reflexão derivada das percepções do filósofo Jacques Rancière, especialmente em sua obra nomeada “Partilha do sensível: estética e política” (2000). Tal camada se relaciona com a criação de sensibilidades e subjetividades compartilhadas que atravessam a palavra/comunicação, vistas enquanto componentes centrais da política.

Dessa reflexão de Rancière nos interessa em particular suas conexões entre as práticas de comunicação (feitas pela linguagem como um todo, não somente pela palavra) e a criação de sentidos na e para a ação política, e logo, condições centrais para a existência da vida pública. Quando aquilo que alguém fala é dotado de significado para o que ouve, isso revela a existência de uma espécie de pacto entre aquele que diz e o que escuta. Logo, os sujeitos, partícipes dessa dinâmica, partilham minimamente de algo em termos subjetivos e sensíveis: eles existem com alguns parâmetros e configurações em comum. O termo central acionado pelo filósofo – partilha, no francês *partage*, é preciso e muito significativo, uma vez em que se refere tanto à algum todo que é subdividido em partes menores, e diferentes entre si, como também remete à ação de compartilhar.

Independentemente da época, quando se faz possível a vida pública, irrigada pela política, isso se dá pela possibilidade de reconhecimento de sujeitos diferentes enquanto “parceiros iguais”. O que, entre outras condições, é assegurado pela existência de elementos em comum entre esses. Assim, a vida pública pode acontecer quando os sujeitos envolvidos compartilham sentidos e são ativos nas dinâmicas de comunicação. Em conjunto, a posse da condição de cidadania e o compartilhamento de sentidos atravessado pela palavra movimenta as dinâmicas da vida pública, seja nas pólis da antiguidade ou nas cidades contemporâneas.

A despeito de algumas semelhanças, as condições que regiam as dinâmicas da vida pública nas cidades da antiguidade, naturalmente, não são as mesmas das de hoje em dia.

É de amplo conhecimento que, nas configurações modernas, e contemporâneas de sociedades (e de democracias), as atividades e organizações da vida pública foram expandidas, divididas e materializadas em novas instituições e edifícios, sendo assentadas em outros lugares para além das praças. De tal modo que, depois da antiguidade, as praças/ágoras deixaram de figurarem como as únicas centralidades das cidades em termos de organização da vida pública. O que é perceptível até mesmo pela ampliação da categoria de espaço público em diferentes temporalidades: pois, nas estruturas das cidades, ela passou a se referir à outras conformações, para além das praças.

Além disso, importantes filósofos ao interagirem com Aristóteles, tais como Hannah Arendt e Jacques Rancière, sugerem que, a partir da modernidade, ocorreram e ainda ocorrem diversos decaimentos da política e da ação política. Percepções essas que não necessariamente traça relações de causalidade e consequência com os processos expostos acima. Em outras palavras, os decaimentos da política não acarretam diretamente em decréscimos da importância das praças e dos espaços públicos, embora não deixem de ser importantes fatores para análise, dado ser essa questão bastante complexa.

Em tal sentido, não podemos nos esquecer ainda da função histórica das praças, inclusive na antiguidade, como lugares centrais para a existência das atividades de comércio e troca. Pois essas, mais do que centralidades da vida pública, também eram fundamentais para os assuntos econômicos, entre outras dinâmicas basais para a vida das cidades.

Entretanto, é evidente como as mudanças das formas de organização espacial também se deram em outras esferas, e não somente nas relativas à vida pública. Por exemplo, processos de descentralização, semelhantes ao supracitados, são percebidos pela pulverização e redistribuição das atividades econômicas para outros lugares e edificações nas cidades, especialmente ao longo dos séculos. Tanto como, as praças e até mesmo os espaços públicos, de maneira geral, antes lugares fundamentais para os encontros entre os sujeitos, foram perdendo essa centralidade de função no que concerne às formas de reprodução social nos meios urbanos.

A partir da segunda metade do século XX e em termos numéricos, a população urbana mundial superou a quantidade de pessoas que viviam em outros arranjos, tais como os rurais. De forma concomitante, o que não aconteceu necessariamente através de relações lineares e diretas (como causa e consequência, por exemplo), as praças e os espaços públicos, de forma geral, perderam cada vez mais valorização nos projetos urbanos, nas cidades e, evidentemente, nas vidas dos sujeitos.

Até momentos contemporâneos, os espaços públicos eram inegavelmente os lugares mais importantes e privilegiados para muitas das dinâmicas fundamentais da vida urbana, seja as de pequena, ou de grande proporção e alcance. Dinâmicas não restritas a sociedades e arranjos pertencentes ao espectro político do que pode ser classificado como democracia. Por exemplo, nos autoritarismos/fascismos, que ocorreram na Europa no início do século XX, os espaços públicos forneciam suportes fundamentais para exibição dos líderes, para manifestações políticas, e até militares (estritamente quando essas eram associadas aos estados). Portanto, os espaços públicos, em especial as praças, eram nesses contextos essenciais para a existência e manutenção de dinâmicas de poder, ainda que a comunicação, e as possibilidades de política (nos sentidos postos acima) estivessem severamente comprometidas.

Hoje, o cenário mais comum relativo às percepções sociais dos espaços públicos, em especial das praças e das ruas, acontece por meio de associações com cargas valorativas negativas. Assim, recorrentemente, tais espaços são lidos mais como lugares de passagem e residuais, ou até mesmo como perigosos nas cidades. Ou, quando isso não acontece, muitas vezes os espaços públicos são compreendidos como locais vazios ou subutilizados nos contextos urbanos, principalmente nas grandes cidades. O que, evidentemente, não retira desses a potencialidade de atraírem e suportarem encontros entre sujeitos e atividades diversas, múltiplas interações sociais, e de serem centralidades para a pujança da vida urbana, inclusive para ações políticas/política.

Para além de trabalhar com as tão debatidas dinâmicas relativas aos espaços públicos, gostaria de iluminar algumas especificidades das questões relativas à vida pública na contemporaneidade. Para que reuniões de sujeitos e da população aconteça, cada vez mais não há necessidade de suportes materiais específicos para esses fins, o que contempla desde aos fornecidos pelas praças, ou então pelas instituições estatais. Logo, as discussões dos assuntos coletivos e até públicos podem acontecer em espaços virtuais, mediados pelo apoio de redes sociotécnicas, por exemplo.

Assim, hoje em dia tem muito sentido percebermos as formas como os sujeitos trafegam nos assuntos da vida pública mais dentro do que categorizamos como de esferas públicas, do que nos espaços públicos. Não irei adentrar aqui, mesmo que brevemente, sobre definições e contextualizações históricas do que poderia ser esfera pública.<sup>2</sup> Uma

---

<sup>2</sup> Remeto a: Habermas, Jurgen (1990). *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora Unesp.

vez em que gostaria de enfatizar alguns mecanismos de funcionamento dessas, para além de sua virtualidade.

Ressalto que farei apenas uma espécie de sobrevoo por tais questões, uma vez em que as debato com maior profundidade na minha tese, ainda em desenvolvimento. A partir das progressivas desvinculações da política e da vida pública de espaços específicos para tais objetivos, e tendo a possibilidade da virtualidade como ponto de partida, realço como as temáticas pertencentes a esses campos podem ter alcance numérico muito maior do que em qualquer época. Assim como, e talvez até por esse motivo, as formas de regulação e controle dessas se configuram de forma muito menos efetiva e atuante.

O decréscimo de controle, de ordenação e até de ordem, enquanto elementos estruturantes das esferas públicas na contemporaneidade, as tornam tanto mais acessíveis, como também podem deixar a desregulação operar como atributo central da vida pública. O que aparentemente pode parecer interessante, ou positivo à primeira vista, mas que também permite mudanças severas nas ações e nos discursos políticos, inclusive de forma a favorecer a ascensão de agrupamentos de extrema-direita e/ou criminosos em importantes cargos públicos em ampla escala.

Essa mudança deixou lastros graves nas condições das esferas públicas e nos cenários políticos ao redor do globo nos últimos cinco anos, aproximadamente, como muito bem sintetiza a situação recente brasileira. Deixo em destaque, inspirada por algumas análises afiadas e muito recentes articuladas pelo cientista político brasileiro Miguel Lago, relativas ao Bolsonarismo, alguns mecanismos e lógicas presentes na esfera pública atualmente. Nas palavras de Lago, “as mídias sociais mudam o registro do discurso político da esfera pública” transformando-a no “império da opinião”, pois, tudo dito se tornaria da ordem da opinião (Lago, 2022, pp. 21). Portanto, todos sujeitos seriam igualmente detentores de opiniões, e tal registro teria uma característica equalizadora muito marcada, possibilitando que “o discernimento entre registros discursivos” seja repetidamente burlado (Lago, 2022, pp. 41).

Na percepção de Lago, as manifestações expostas nesse “império da opinião”, teria formado uma nova esfera pública com as características uma “esfera pública anárquica”, uma vez em que, “dado que tudo se tornou opinião, todas se equivalem e não há mais marcadores de certeza” (Lago, 2022, pp. 42). Para além do exemplo acionado, podemos perceber como as mudanças nas esferas públicas são importantes e, provavelmente, sem volta. Logo, a partir das condições existentes, podemos pensar em possibilidades de condução de assuntos da vida pública de forma mais estruturada e até mais positivas.

Todavia, não acredito que o retorno à “materialidade” seja a solução. Se os assuntos da vida pública foram se afastando, se descentralizando dos espaços próprios a esses fins, tais como as praças da antiguidade, ou de instituições específicas, não imagino ser possível, nem desejável uma espécie de retorno planejado e/ou forçado para tais lugares. Assim, vislumbro como eficaz para construção de novos e possíveis caminhos para horizontes confirmados de democracia plena esforços e empreitadas de valorização da vida pública e da política, onde quer que essas possam acontecer. Como ainda, concomitantemente, parecem extremamente promissoras ações de resgate dos espaços públicos como propulsores da vida nas cidades, seja para a ação política, para os fluxos comerciais, mas, principalmente para a convivência e socialização dos sujeitos.

Por fim, resgato o questionamento de Stella Bresciani, que referenciou o filósofo Jacques Derrida (em entrevista para Elizabeth Roudinesco), que por sua vez citou uma passagem de um poema de Victor Hugo, quando este se indagou “de que amanhã se trata?”<sup>3</sup> (Bresciani, 2022, pp. 8). Para pensarmos nas cidades, nos espaços públicos, nas praças, e nas esferas públicas tanto ancorados em suas historicidades, em suas condições presentes, como ainda como possibilidades de construções de futuros e até de esperança.

### Referências bibliográficas:

Arendt, Hannah (2020). *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo; Revisão técnica e apresentação: Adriano Correia. – 13<sup>a</sup> ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Aristóteles (2011). Livro I. In: *A política*. Introdução: Ivan Lins; Tradução: Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [384-322 a.C.]

Bresciani, Maria Stella Martins. (2022) *DEMOCRACIA/DEMOCRACIAS?* Considerações conceituais sobre sentimentos e lugares políticos (no prelo).

Derrida, Jacques (2004). *De que amanhã: diálogo*/Jacques Derrida; Elisabeth Roudinesco; Tradução André Telles, revisão técnica Antônio Carlos dos Santos. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

D'allonnes, Myriam Revault (1999). *Le dépérissement de la politique*. op.cit.

Rancière, Jacques (1996). *O desentendimento - política e filosofia*. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34. [1995]

Rancière, Jacques (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org. Ed. 34. [2000]

---

<sup>3</sup> Segundo Bresciani: “Em nota do Prefácio, Roudinesco indica o poema e a frase “*De quoi demain sera-t-il fait?*” De Victor Hugo, “Napoléon II”, *Les chants du crépuscule* (1835)” (Bresciani, 2022, pp. 8).

Rancière, Jacques (2014). *O ódio à democracia*. 1. ed. São Paulo: Boitempo. [2005]

Sennett, Richard (2003). *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record.

Starling, Heloísa M. (org.) (2022). *Linguagem da destruição: A democracia brasileira em crise*. Heloísa Murgel Starling, Miguel Lago, Newton Bignotto. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

Vernant, Jean-Pierre (2004). *La traversée des frontières. Entre mythe et politique II*. Éditions du Seuil: Paris.





## Outros desafios do mundo urbano à nossa volta

Carlos Fortuna

**Centro de Estudos Sociais**  
**Universidade de Coimbra**

### **Mesa 32: Habitar a cidade: espaço de vivência e de múltiplas apropriações**

**Resumen:** Esta comunicação argumenta em favor de uma sociologia das sensibilidades existenciais, trata dos efeitos causados pela recente pandemia COVID-19 sobre as cidades. O silêncio urbano e os espaços vazios das cidades deram origem a uma renovada *agorafobia*. Mas outras situações ganharam relevo, como seja o ato simples de *respirar*, assim como a dimensão *olfativa* a avaliação dos odores e mesmo o ato de *comer/beber*. São, todas, expressões da vida sensível que teima em ser marginalizada pela sociologia *mainstream* que assim, permanece incapaz de dar uma visão completa das urbanidades.

**Palabras clave:** Pandemia; agorafobia; sonoridades urbanas; olfato; paisagens alimentares

#### **Introdução**

(...) Sou um guardador de rebanhos.  
O rebanho é os meus pensamentos  
E os meus pensamentos são todos sensações.  
Penso com os olhos e com os ouvidos  
E com as mãos e os pés  
E com o nariz e a boca.  
Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la  
E comer um fruto é saber-lhe o sentido. (...)

#### **O Guardador de Rebanhos**

Alberto Caeiro (1925)  
(Heterônimo de Fernando Pessoa)

Pensar com o corpo inteiro é o mote desafiante lançado pelo poeta Fernando Pessoa, pela escrita do seu heterónimo A. Caeiro. Tão arrojada proposta convoca para uma profunda renovação do pensamento sociológico. Primeiro por ser oriunda da poesia, uma discursividade profundamente desvalorizada pelo cânone sociológico. Depois, por remeter para um questionamento sociológico feito a partir da corporeidade e das sensibilidades sensoriais, matérias que a disciplina sociológica tem manifestas dificuldades em reconhecer o seu valor heurístico.

Aproveito e agradeço a oportunidade concedida pelos organizadores desta Mesa – *Repensar la ciudad iberoamericana. Construir el pasado y diseñar el futuro* – para regressar a aspetos da tentativa de recriação sociológica que já procurei tratar.

Esta comunicação contém tanto de memória pessoal ao resgatar propostas sobre matérias diversas da cultura urbana, como procura dialogar com propostas de afinamento e melhoria da capacidade explicativa da Sociologia. Recentemente Fraya Frehse colocou-nos perante o que chamou a “esperança da sociologia” (Frehse, 2017, p. 44). No meu entender a “esperança da sociologia” em contexto urbano é buscar valorizar e dar visibilidade a ações banais e ordinárias dos residentes urbanos, o que é o mesmo que trazer a cidade física, espiritual e sensível para dentro dos planos formais do seu desenvolvimento urbanístico.

É uma esperança teórica e política e, nesse sentido, uma esperança universal da Sociologia é a de um diálogo e ajustamento dentro e entre visões distintas que abrange, portanto, as leituras particularísticas da cidade e do urbano. Entre estas visões, pressinto a necessidade de cultivar um entendimento interpretativo transversal e globalizante da cidade complexa como mostram as sensibilidades existenciais dos sujeitos que as habitam, mas que é também exposto por um questionamento crítico como aquele que, também recentemente, foi sugerido por Paola Bernstein Jacques e Margareth da Silva Pereira (Jacques e Pereira, 2018).

### **Pandemia, agorafobia e respiração**

Começarei por enunciar alguns ensinamentos retirados da recente pandemia COVID-19 para a compreensão de como reagiram as cidades. Em recente texto, tratei dos diversos sobressaltos gerados pela pandemia da COVID-19 e de como atingiram severamente os modos de estar nas cidades (Fortuna, 2021). Dei atenção particular às sonoridades e aos silenciamentos que a Covid-19 gerou. Foi uma forma de refletir como os ambientes sociais vividos nas cidades podem ser afetados de forma não estruturalista como as ciências sociais *mainstream* olham em regra para a realidade urbana.

Acrescento a esta dimensão da leitura da cidade pandémica por via das sonoridades, incluindo os seus silêncios, outras vias de entendimento que, tal como aquelas, têm sido marginalizadas na análise socio-urbana. Recorro, para tanto a dimensões sensoriais como o respirar a cidade e as maneiras com procedemos a esse banal ato de existência, e a outros estratégias sociológicas e culturais que pautam a relação dos humanos com o mundo e as urbanidades. Assim, ao lado da tentativa de perscrutar o sentido da sonoridade urbana, procurar interpretar os seus odores pode ser uma forma nova de analisar a complexidade dessa relação sensível dos humanos com o mundo. Este mundo em que vivemos é “apropriado” e “consumido” pelos sujeitos a cada instante. Comer e beber o mundo e fazer dele componente ativa da nossa existência e da nossa corporeidade constitui para as ciências sociais um exercício de criatividade e abertura epistemológica para contributos oriundos de outras disciplinas e metodologias.

Reconheço que nesta circunstância tão particular o contributo das ciências sociais e humanas foi limitado na atenção pública que concedeu ao modo como as cidades deveriam reagir. Além de uns poucos ensaios de feição mais filosófica produzidos, a pandemia gerou uma onda de estudos e reflexões *fast thinking*, traduzida na volumosa produção de textos breves de comentadores de diversas estirpes, desde cientistas sociais e profissionais da comunicação e *media*, muitas vezes apresentados sob a forma de intervenção nas redes sociais e furtivos seminários e *webinars*.

É sabido como um dos efeitos mais sensíveis provocados pela COVID-19 foi a política de confinamento doméstico que mostrou a enorme e desumana desigualdade social contida nessa

recomendação ingênua, de permanecer em casa dirigida a um universo de gritantes e variadas geografias de destituição social.

O que desejo de assinalar neste texto é o modo como a pandemia nos abriu uma perspectiva nova de análise das urbanidades, entendidas como expressões e modos de estar e de se relacionar com o urbano. Um dos traços mais salientes é da centralidade da rua e dos espaços abertos da cidade que o confinamento promoveu. Mas essa centralidade operou de um modo distópico que, perante a ameaça de contaminação, a rua devia ser evitada. Walter Benjamin que assegurara que “a rua é a morada do coletivo”, Walter Benjamin (2009, p. 958) era agora clamorosamente desacreditado. A rua onde se tinham forjado as interações sociais da modernidade era agora a fonte primeira dos malefícios sanitários. Era agora não “a rua do coletivo”, mas a *rua dos outros*, isto é, da presença dos ameaçadores transmissores de malignos vírus, desses agentes da doença e da morte que deviam ser evitados por todos os cautelosos e prevenidos urbanitas.

Com este receio da rua pública a pandemia, a doença ajudou a instalar-se uma **renovada agorafobia**. Não a correspondente à chamada “doença das multidões” dos clássicos da sociologia urbana e do receio provocado pela desmedida presença física dos outros, mas o seu inverso, o mal-estar gerado pelo perturbadores espaços amplos e desertos do moderno urbanismo.

Para Anthony Vidler, a agorafobia, essa desordem nervosa “identificada” pioneiramente em 1871, pelo psicólogo berlinense Carl Otto Westphal, causava “palpitações, sensação de calor, tremuras, vergonha extrema e um mortífero medo de morrer” e não era apenas um sentimento de “aflição” experimentado pelos modernos residentes urbanos, mas traduzia acima de tudo um sinal de como a cidade era perigosa para a saúde (Vidler, 2001, 28-9)<sup>1</sup>.

O tema, não sendo novo (Sennett, 1970 e 2003), atualiza a referência aos receios de estar e partilhar o espaço público, ao remeter para a dimensão dupla das sensibilidades existenciais dos sujeitos e as relações dos sujeitos com o mundo (Rosa, 2019). Estas **sensibilidades sensoriais**, foram geralmente variáveis marginalizadas pelas ciências sociais que a COVID-19 fez emergir ou mesmo reativou.

Olhemos para a questão a partir da ótica do ato de respirar, esse banal ato de existência humana. Respirar que ganhou enorme proeminência no debate científico e jornalístico sobre a recente pandemia. A vida e a qualidade da respiração foram matérias tratadas com enorme intimidade, em contraste com a marginalização a que antes era submetida pelas ciências sociais e humanas. Só em situações limite da história da modernidade é que a ação de respirar, enquanto relação com o mundo surge como matéria objetiva capaz de cativar a atenção sociológica.

**Podem os ares da cidade sufocar?** A resposta pode ser dada quer no sentido simbólico e no sentido material e objetivo. Do ponto de vista simbólico, a ideia de que os ares da cidade libertam (*Stadtluft macht frei!*) refere-se a um aforismo atribuído à tentativa dos camponeses alemães além-Elba de fuga ao jugo autoritário dos senhores feudais e que, para tanto, buscavam refúgio nos “ares da cidade”, como modalidade de libertação pessoal. Ainda neste sentido simbólico, a liberdade que os “ares da cidade” consentem revela-se, *a contrario*, na desmedida violência policial exercida sobre George Floyd que com o seu grito lancinante – *I can't breathe* – sufocou em Minneapolis a 25 de maio de 2020, até à trágica morte provocada pelo agente policial – Derek Chauvin –, entretanto condenado a 22 anos e meio de prisão.

Do ponto de vista objetivo e apoiando-me nos contributos de Hartmut Rosa, podemos considerar que o ato respirar, enquanto forma de relação com o mundo, é desigual consoante os espaços em que é praticado (casa, shopping, montanha, trabalho, etc), em resultado da maneira como os sujeitos avaliam esses ambientes e não também por causa dos ambientes em si mesmos (Rosa, 2019, p. 54).

---

<sup>1</sup> Camillo Sitte compartilha esta visão e acrescentava o efeito provocado por uma “arquitetura feia” que para ampliava os receios de quem vive na cidade e tem de enfrentar o desconforto da travessia das amplas praças e “espaços de passagem” (Sitte, 1965, p. 45).

Dáí decorre também, que o significado de respirar não está condicionado pelas condições sociais dos sujeitos como sugeriria a sociologia mainstream: a uma condição socioeconómica frágil e precária, de manifesta escassez e pobreza material, corresponderia uma relação muito mais precária com o mundo e, deste modo, uma bem mais deficiente condição de respiração dos sujeitos por comparação com as condições sociais de vida mais favorecidas.

No que respeita a estas sociabilidades sensoriais, a partilha do ambiente citadino por diferentes classes sociais elimina grande parte dos efeitos de distanciamento e os modos desiguais de respirar o ar da cidade. Isto não significa dizer que, enquanto objeto sociológico, respirar não seja passível de detetar discontinuidades e diferenças socioculturais.

Por exemplo, **fumar** é uma das modalidades técnicas desiguais de usar a respiração e, portanto, de se estabelecerem relações com o mundo. Fumar é objetivo, algo que a respiração em si enquanto simples ato de inalação de ar não é assumido como tal. Mas fumar é um ato carregado de história social e cultural. Nos inícios, fumar que substituiu gradualmente o “mascar” o tabaco ou o rapé, revelou-se uma expressão simbólica de superioridade e distanciamento social, e muito em especial uma marca de masculinidade, de reserva e distinção social dos *gentlemen*. Permaneceria assim como marca social por muito tempo até a uma “democratização do fumo” que, entretanto, a oferta do tabaco no mercado, introduziu outras modalidades de diferenciação social. Além de surgir associado a tempos sociais e espaços demarcados ou salas próprias, a experiência o uso de cachimbo ou de boquilha e toda a exuberante manipulação de instrumentos próprios associada de cada modalidade, surgiu associada a práticas distintivas e mesmo solenes, em parte devido ao cerimonial que distanciava os seus genuínos praticantes de quem fumava sem recurso a tais operações e performatividades.

Fumar, sendo um longamente estabelecido e célebre sinal de masculinidade, desqualificava as mulheres segundo códigos morais dominantes entre as classes médias, comportamento que, todavia, acabaria por ser tolerado como prática cultural alternativa, frequente em salões e ambientes boémios e artísticos europeus. Nesse sentido, ao longo do seu percurso social, o ato de fumar foi perdendo as tonalidades próprias do exclusivismo elitista para se converter em prática socialmente disseminada entre os setores sociais da classe média e das classes populares. Em décadas mais recentes, fumar generalizou-se enquanto prática social e despiu-se das anteriores restrições culturais de distinção e reserva e banalizou-se dispensando os dispositivos que ilustravam fragmentações sociais, à medida em que se converteu em objeto do discurso ambiental e sanitário, com conotações políticas. De um lado, fumar é um elemento negativo de perigosidade da saúde dos sujeitos, ao mesmo tempo que o tabaco surge como objeto de taxação fiscal.

O discurso sobre as novas dimensões ambientais e os seus eventuais efeitos letais foi inaugurado, como argumenta Peter Sloterdijk com a radical alteração ontológica de Abril de 1915, quando o exército alemão usou pela primeira vez gaz venenoso sobre os soldados franceses nas trincheiras de Ypres, durante a Primeira Guerra (Sloterdijk, 2009). A atmosfera e o ar que respiramos, além da sua perigosidade para a saúde humana, tornou-se, a partir de então, arma letal contra os inimigos. Paralelamente passou também a ser uma preocupação sobre a sanidade ambiental das cidades (Lambert, 2017).

Viver em **ambientes respiráveis** – na expressão de Sloterdijk – é hoje uma preocupação central da governação urbana sustentável, como é sobejamente argumentado em numerosas publicações de académicos, políticos e ativistas ambientais. Brooke Jarvis, por exemplo, remete para as investigações do bacteriologista alemão Carl Georg Flügge (1847-1923) que mostrou o potencial dos elementos patogénicos presentes em gotículas expiatórias para constituir a base de transmissão infecciosa entre indivíduos situados a menos de metro e meio de distância (Jarvis, 2021). Hoje, sabemos que a nossa respiração pode fazer o coronavírus mover-se a distâncias maiores. No tempo de Carl G. Flügge, quando eram rudimentares os medicamentos e muito poucas vacinas disponíveis, as medidas

higienistas foram a principal solução para a saúde ambiental das cidades europeias. Este foi o tempo da tuberculose quando, muito à semelhança do que se faz hoje, se isolavam e confinavam os infetados ou se recorria a máscaras para proteger o rosto ao espirrar como estratégias correntes de combate sanitário<sup>2</sup>.

Entre os casos mais graves divulgados pela literatura conta-se o *Great Smog* (*O Grande Nevoeiro*) londrino, de Dezembro de 1952. O episódio meteorológico assumiu proporções assustadoras em resultado da intensa concentração do prosaico denso nevoeiro londrino, associado a níveis elevados de temperatura, gerando uma espécie de *efeito de estufa* que impedia a circulação do ar poluído da cidade. A visibilidade da circulação automóvel foi profundamente afetada e obrigou à paragem dos autocarros, táxis e dos barcos no Tamisa. Existem relatos das terríveis condições de vida urbana com informações de pessoas que experimentavam tão inusitadas dificuldades como “ver os próprios pés”, tal era a densidade da poluição ampliada pelos habituais fumos industriais e do carvão.<sup>3</sup>

Situações similares têm sido experimentadas em diversas metrópoles – de Sidney a São Paulo e de Pequim a Nova Deli –, sempre associadas a efeitos concertados das deflorestações e de incêndios de larga escala, da poluição urbano-industrial e das mudanças climáticas súbitas, capazes de ampliar os níveis de perigosidade ambiental urbana.<sup>4</sup> Nesse plano, e segundo um estudo da Organização Mundial de Saúde, a cidade de Nova Deli regista o mais elevado nível de poluição urbana entre as 1650 cidades avaliadas. Este nível de poluição atmosférica é responsável pela morte de cerca de 2 milhões de seres anualmente, tantas quantas as pessoas afetadas com doenças pulmonares crónicas, entre as quais se encontram 2,2 milhões de crianças.<sup>5</sup>

A resposta à questão de saber se os ares da cidade podem sufocar ou não, parece portanto ser positiva, mesmo sabendo da crença infinita de autores, como Leo Hollis que no seu *Cities are good for you* (Hollis, 2013), se declara adepto do planeamento urbano como instrumento preventivo dos impactos da poluição ambiental das cidades, ou seja, de uma vitória das cidades sobre tais adversidades e, deste modo, para manter a linha de argumento que vimos sustentando, de uma modalidade sustentável de relação dos humanos com o mundo em seu redor.

## Outros modos sensíveis de relação com o mundo

### Sonoridades urbanas

Em paralelo ao lugar da respiração como expressão da condição humana e modo de relação com o mundo e as cidades, entendo que merecem referência particular outras formas ou meios sensoriais da relação com o mundo. De entre outras modalidades de “relacionamento” desigual dos humanos

---

<sup>2</sup> Nos EUA, em meados do séc XX, a tuberculose foi considerada erradicada, enquanto em Portugal, apenas na década de 1980 é que esta “doença dos pobres”, depois de aprovado o Plano Nacional de Vacinação, haveria de ser formalmente considerada erradicada. (cf. <http://portal.anmsp.pt/05-PromocaoSaude/051-Educacao/vacina.htm>. Acesso em 17.04.2022).

<sup>3</sup> De 5 a 9 de dezembro de 1952, há exatamente 70 anos, a cidade registou níveis sem precedente de ares irrespiráveis que terão causado entre 4 mil a 12 mil mortes. (cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande\\_Nevoeiro\\_de\\_1952](https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Nevoeiro_de_1952). Acesso em 17.04.2022).

<sup>4</sup> Um outro caso similar foi causado pelas cinzas vulcânicas geradas pela erupção glacial do Eyjafjallajökull, na Islândia, em março de 2010. O espaço aéreo foi severamente atingido, o que obrigou à suspensão de centenas de voos comerciais, embora sem os efeitos sociais comparáveis aos provocados pelo *Great Smog*. (cf. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Erup%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_Eyjafjallaj%C3%B6kull\\_em\\_2010](https://pt.wikipedia.org/wiki/Erup%C3%A7%C3%B5es_do_Eyjafjallaj%C3%B6kull_em_2010). Acesso em 21.03.2022).

<sup>5</sup> cf. [https://en.wikipedia.org/wiki/Air\\_pollution\\_in\\_Delhi](https://en.wikipedia.org/wiki/Air_pollution_in_Delhi). Acesso em 21.03.2022.

com o mundo urbano e a recente pandemia, destaco em primeiro lugar **a dimensão sonora da vida** dos sujeitos.

Os sons e ruídos do cotidiano urbano contam-se entre os *missing factors*, digamos os elementos desprezados, mais salientes da cidade confinada analisada pelas ciências sociais. Como assinali noutra lugar, a abrupta interrupção das comuns paisagens sonoras da cidade, retirou-lhe o sentido primordial do contínuo movimento e fluxo, o que contribuiu decididamente para instaurar nela um inusitado feixe de relações "frias", dominadas pelo isolamento pessoal e o distanciamento físico dos sujeitos (Fortuna, 2020a). A referência feita anteriormente à nova agorafobia ganha, neste quadro, o renovado sentido de espaços públicos urbanos silenciosos, mais do que apenas vazios.

A ausência das sonoridades e dos ruídos do cotidiano urbano provoca a estranha sensação de que, repentinamente, tudo deixou de funcionar. Como uma máquina ou um motor que quebrou, essa paisagem de silêncio era só combatida por sujeitos e pequenos grupos que decidiram vir cantar à janela ao final do dia. Era um sinal de vida da cidade que devolvia às ruas e praças moribundas o equivalente funcional das anteriores dinâmicas e ruidosas urbanidades, agora interrompidas pela pandemia.

Num plano distinto, em junho de 2020, Christiana Martins, jornalista do semanário português – *Expresso* – relatou inusitadas situações vividas por pessoas que tinham sido hospitalizadas com COVID-19 no hospital central de Lisboa. Em estado crítico, ligadas às máquinas e ventiladoras, relatavam como os sons das máquinas e equipamentos hospitalares eram "o único sinal de continuarem vivas".

A sensibilidade sensorial que une os sujeitos com o mundo através dos sons e das paisagens sonoras é um desses desafios que as ciências sociais devem enfrentar para melhor compreensão do mundo urbano em redor. O resgate das sonoridades enquanto disposição consciente ou inconsciente para comunicar e interagir com a cidade é um ato complexo que implica, desde logo, a superação da tradição sociológica de Georg Simmel que, nos primórdios da Sociologia Europeia, recusava reconhecer-lhe qualquer capacidade para perceber a sociedade (Simmel, 1981: 229).

Tenho procurado combater esta **surdez da Sociologia** e argumentar como as cidades de hoje conservam traços indelévels da sua evolução, quando, expõem os sons de atividades e ambientes sociais modernos com outros tradicionais e que se exprimem através do caótico ruído do cotidiano urbano (Fortuna 2009; 2020b). É com o resgate dos significados das expressões ambíguas, transitórias e plurais destes sons que melhor se poderão compreender as relações dos humanos com o ambiente urbano e o mundo em geral.

### **Olfacto e o mundo dos odores**

O mesmo se poderia dizer a propósito do olfacto e como a sua atual marginalidade entre o conjunto das epistemologias compreensivas do mundo tem diminuído a complexidade da sua avaliação. A redução da importância científica da sensibilidade olfativa constitui um dos traços da fuga dos humanos à animalidade (Corbin, 1982; Elias, 1989). Tal desiderato dá mostras de continuar a ser praticado através do uso das modernas técnicas de **desodorização extensiva dos espaços** públicos urbanos (Winter, 1978) que, em resultado, além de dissipar os cheiros desagradáveis do dia-a-dia, como nos interessa mais sublinhar aqui, fazem desaparecer também uma das fontes da variedade da vida sensível, social e urbana.

Os processos de pavimentação de ruas e caminhos, o saneamento dos rios, a ventilação de escolas, fábricas, hospitais e prisões, fazem imaginar como, pela negativa, os odores foram responsáveis por profundas mudanças arquitetónicas nas cidades. Por volta dos meados do século XVIII, o comum odor corporal passou a ser considerado desagradável e a própria palavra cheiro ganhou tonalidades

pejorativas.<sup>6</sup> A cidade estéril e asséptica, torna a indigência e a marginalidade social sinónimo de miasma e adensa o argumento moral da sua eliminação (Fortuna, 1999).

A onda perfumista ocidental veio culminar o lento processo de atrofia dos odores sociais. Em consequência, o elemento natural dos odores cedeu perante a artificialidade dos compostos químicos, o que, em consequência conduziu a que a estética egoísta dos perfumes viesse substituir a individualidade corporal e natural de homens e mulheres. Hoje não são mais precisas substâncias naturais para a composição de perfumes. Descoberta antiga e de aplicação seletiva, **o perfume passou do mundo dos deuses**, para o dos líderes políticos e das elites sociais. Na Europa da Idade Média os perfumes tornaram-se símbolo de distinção, riqueza e sensualidade e ajudavam a obliterar os odores dos pobres.

Uma análise desta sociedade perfumada dos dias de hoje, por certo revela como os perfumes são socialmente desagregadores e estimulam o egoísmo – sujeitos mergulhados em esferas artificiais de odores industriais – que é fonte de relações de sociabilidade sem socialização.

Captar esta dimensão sensorial e retirar dela possíveis linhas de entendimento da realidade sociohistórica das cidades de hoje, parece conter um riquíssimo manancial de investigação académica que precisa de ser praticado no ensino e na prática da pesquisa e do planeamento.

### **Comer e beber o mundo**

Um dos traços mais salientes da cultura urbana de hoje é o que resulta das suas **paisagens alimentares** e da singularidade do que comemos e bebemos e as suas circunstâncias (Steel, 2013). Tais paisagens alimentares retratam processos relacionais entre sistemas alimentares, podem ser mais ou menos etnicizadas e ser condição de existência e reprodução social de grupos e nações (van den Berghe, P. L. 1984; Miewald e McCann, 2013).

Comer e beber são, no entanto, absolutamente diferentes do respirar, porquanto implicam uma subjetividade e mesmo um trajeto familiar e pessoal. Norbert Elias (1989) mostrou como os modos de comer e beber reforçam marcas de diferenciação socioétnica e inscrevem os sujeitos em alinhamentos e paisagens culturais particulares.

Comer e beber são com frequência influenciados culturalmente e “praticados” em festas e rituais coletivos. São também processos de literal *incorporação* material do mundo que aproximam o individual/social e a natureza de forma explícita, como no caso dos alimentos *bio*. A antropomorfização do mundo operada por aquilo que ingerimos tem um efeito inegável sobre nós – são o material de que somos feitos – e revela ser um processo essencial da própria transformação dos sujeitos (Lupton, 1996). Confirma-se assim o juízo de Marcel Mauss que não hesitou a afirmar que “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem ...[pelo que] antes das técnicas dos instrumentos há o conjunto das técnicas corpo” (Mauss, 2003, 407). Entre as várias técnicas do corpo contam-se os momentos como caminhar ou dormir, em ajudam a articular formas de (auto)conhecimento da vida social dos sujeitos como várias sensações que tenho referido neste texto: respirar, escutar, cheirar... as coisas do mundo em redor.

Numa abordagem a uma socio-antropológica da relação humana com o mundo, Daniel Miller questiona a ideia correntemente assumida de oposição entre pessoas e coisas, enfim sobre a distância incontornável entre sujeitos e objetos e mostra como, no campo das ciências sociais, o estudo do ímpeto da materialidade das coisas na sua relação com os humanos, não sustenta tal separação (Miller, 2010, 11-12). Bem ao contrário, como afirma o antropólogo, os objetos materiais

---

<sup>6</sup> A imaginação socio-literária de Patrick Süskind, inspirada aliás pela evidência histórica encerra, no seu contraste, um vivo exemplo desta asseptização da vida social moderna, reduzindo a intensidade com que os corpos eram tomados pelos odores. Na obra de Süskind, Jean-Baptiste Grenouille, a personagem central do romance, não via, não escutava, nem sentia nada, mas era de uma invulgar sensibilidade olfativa e, por isso "chegava-lhe unicamente o cheiro da madeira que subia em seu redor... Ele bebia este cheiro, embriagava-se nele, impregnava-se por todos os poros até ao fundo de si, ele próprio tornava-se madeira" (Süskind, 1986: 28).

“dão sentido ou representam” os sujeitos e a sua condição (idem). Ganha clareza assim a sugestão de Mary Douglas que não limita a comida à sua componente material alimentar para a inserir no domínio dos signos da condição humana (Douglas, 1978).

É nesse sentido que incluímos o comer/beber no conjunto das sensibilidades sensoriais que temos vindo a abordar e nos parecem ser um campo a considerar na análise sociológica enquanto desafio não apenas para a vida mas também para a mais correta avaliação do universo das cidades.

Se retomarmos o estudo de Hartmut Rosa, podemos concluir de forma algo radical que comemos e bebemos o mundo ao ingerirmos líquidos ou produtos vegetais ou animais naturais, ou os gerados pela intervenção humana, seja a produção agrícola, ou a produção e a confeção industriais. Nesse ato estabelece-se e recria-se constantemente a mais íntima relação humana com o mundo material. Como regra a intimidade dos humanos com o mundo expressa-se nos territórios urbanos e permite sugerir que comida e cidade coexistem articulados desde sempre. É essa articulação que suporta a noção de paisagem alimentar cuja análise reforça o que sabemos hoje sobre as urbanidades, e constitui uma parte não desprezível do que se esconde nos modos de estar na cidade. Este mundo das sensibilidades sensoriais dos humanos é, na verdade, uma riquíssima variável do que mencionamos na abertura deste texto ser a esperança da sociologia da futura compreensão das urbanidades.

### Referências Bibliográficas

- Corbin, Alain 1982 *Le miasme et la jonquille: L'odorat et l'imaginaire sociale, 18e. et 19e. siècles*. Paris, Aubier.
- Douglas, Mary 1978 *Implicit Meanings: Essays in Anthropology*. Londres, Routledge
- Elias, Norbert 1989 *O processo civilizacional*. Lisboa, D. Quixote.
- Fortuna, Carlos 1999 *Percursos, Identidades e Paisagens Culturais. Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*. Oeiras, Celta.
- \_\_\_\_\_ 2009 “La ciudad de los sonidos. Una heurística de la sensibilidad en los paisajes urbanos contemporâneos”. *Cuadernos de Antropología Social*, 30, pp. 39-58.
- \_\_\_\_\_ 2020a *Cidades e Urbanidades*. Florianópolis, Editora Insular.
- \_\_\_\_\_ 2020b “O mundo social do ruído. Contributos para uma abordagem sociológica”. *Análise Social*, LV, 234, pp. 28-71.
- \_\_\_\_\_ 2021 “Tem alguém aí? Sobre a Pandemia Sonora das Outras Cidades”. Leite, Rogerio P. e Vieira, Ewerthon (orgs.) *Distopias urbanas*. Aracajú, Editora Criação, pp. 15-28.
- Frehse, Fraya 2017 “Da cidade ao corpo e vice-versa. Tempos e espaços”. Concurso de Livre-Docência. São Paulo, USP. (mimeo).
- Hollis, Leo 2013 *Cities are good for you. The genius of the metropolis*. Londres, Nova Deli, Nova Iorque, Sydney. Bloomsbury.
- Jacques, Paola Berenstein e Pereira, Margarida da Silva (orgs.) 2018 *Nebulosas do Pensamento Urbanístico*. Salvador, EDUFBA (2 vols.).
- Jarvis, Brooke 2021 “The Air in Here: The ways the world breathes together”. *The New Yorker*. 25 de janeiro, pp. 65-67.
- Lambert, Léopold 2017 Introduction: A “breathing combat” against the toxicity of the colonial/racist state”. *The Funambulist*, nº 14.
- Lupton, Deborah 1996 *Food, the Body and the Self*. Londres, Sage.
- Mauss, Marcel 2003 *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.
- Miewald, Christiana e McCann, Eugene 2013 “Foodscapes and the Geographies of Poverty: Sustenance, Strategy, and Politics in an Urban Neighborhood”. *Antipode*, 46(2), 537–556.



- Miller, David 2010 *Trecos, Troços e Coisas. Estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Rosa, Hartmut 2019 *Resonance. A Sociology of our relationship to the world*. Londres, Polity.
- Sennett, Richard 1970 *Families against the city. Middle class homes of industrial Chicago, 1872-1890*. Cambridge (MA), Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_ 2003 *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record. 3a Edição.
- Simmel, Georg 1981 [1908] "Essai sur la sociologie des sens", in idem, *Sociologie et épistémologie*. Paris, PUF, pp. 223-238.
- Sitte, Camillo 1965. *City Planning According to Artistic Principles*. Nova Iorque, Random House.
- Sloterdijk, Peter 2009 *Terror from the Air*. Londres: The MIT Press (Semiotext(e)).
- Steel, Carolyn 2013 *Hungry City: How Food Shapes Our Lives*. Londres: Random House.
- Süskind, Patrick 1986 *O Perfume: A história de um assassino*. Lisboa, Presença.
- van den Berghe, Pierre L. 1984 "Ethnic cuisine: Culture in nature". *Ethnic and Racial Studies*, 7:3, pp. 387-397.
- Vidler, Anthony 2001 *Warped Space: Art, architecture, and anxiety in modern culture*. Cambridge e Londres, The MIT Press.
- Winter, Ruth 1978 *Le livre des odeurs*. Paris, Seuil.



## **Título: “Sorria, você está sendo filmado”: insegurança urbana e corpografias do medo**

**Autor/a:** Suelen Caldas de Sousa Simião, Doutoranda em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-Brasil), Bolsista Fapesp

### **Mesa 32. Habitar a cidade: espaço de vivências e múltiplas apropriações**

**Resumen:** Enquanto a espetacularização urbana e o mercado imobiliário propagandeiam e vendem um modo de vida mais seguro nos enclaves fortificados – espaços privatizados, fechados e monitorados -, uma série de filmes contemporâneos, procura descortinar o universo da aparente perfeição das chamadas “bolhas urbanas.” Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é pensar e problematizar, com os filmes, a corpografia urbana do medo, resultante do medo enfrentado nas cidades contemporâneas a partir de um discurso sobre o aumento da violência urbana espetacularizada pela mídia.

**Palabras clave:** *cidade, cinema, enclaves fortificados*

#### EXPERIÊNCIA ALPHA

Ensinar os filhos a andar de bicicleta na rua, conhecer os vizinhos pelo nome e apreciar o contato com a natureza, seja praticando esportes ou apenas caminhando pelo bairro. Viver em um empreendimento da Alphaville Urbanismo é uma experiência única: a segurança é garantida, existe senso de comunidade entre os moradores e predomina o respeito pelo próximo, pelo meio ambiente e por tudo aquilo que preserva as belezas do lugar. Da prioridade aos pedestres ao uso consciente dos terrenos, a vivência em um de nossos condomínios é sempre incomparável.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Propaganda do site Alphaville Urbanismo, 2022. Disponível em: <<https://www.alphavilleurbanismo.com.br/home>>. Acesso em 16 de set. de 2022.

## Introdução<sup>2</sup>

Uma variada gama de estudos procura atestar as relações da cidade a partir do olhar da/na cena urbana. Stella Bresciani (1981) em “As sete portas da cidade” assinala no século XIX o aparecimento da *questão urbana* enquanto problematização das cidades e a tentativa de enquadrar em pressupostos racionais aquilo que à primeira vista parecia caótico, decorrente do crescimento exacerbado das cidades. A autora descreve sete portas de entrada para os estudos urbanos: um, a técnica como instrumento de modificação do meio (Ideia Sanitária); dois, a questão social; três, a formação das identidades sociais; quatro, a formação de uma nova sensibilidade; cinco, a definição da cidade como lugar da história e do habitante como sujeito da história; seis, a cultura popular; e uma construída mais recentemente, a porta sete, ligada ao território das subjetividades.

Em relação à porta que nos é mais cara, a porta de número quatro, a autora destaca o surgimento de uma nova sensibilidade que pôde ser percebido nas mudanças expressas na produção intelectual – literária e científica –, e como essa produção se adaptou para apreender o novo fenômeno urbano com o uso da linguagem escrita e visual, quando a linguagem técnica e científica parecia não ser mais suficiente.

O romance do século XIX e inícios do XX tenta dar conta desse drama urbano e sua experimentação toma corpo com a ficção. Para Pechman o *ver a cidade* consubstancia-se através das imagens feitas da observação dos escritores e pintores. Uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que se tematiza o habitante da cidade, forma-se o habitante, pois ele está imerso na rede de relações sociais e trocas culturais. “É como se a busca tanto de si quanto da arte só se fizesse sob as luzes da cidade, expondo-se existencialmente a ela, como no poema ‘Viagem a Berlim’, de Julius Harte, em que a pessoa é violentamente lançada à selva da vida urbana” (Pechman, 2014, p.90).

Aqui utilizamos como analogia o cinema e os filmes são vistos a partir da ideia de que a cidade e a suas representações se constroem mutuamente, como escreve Adrian Gorelik (2004). O cinema nasce na cidade e traz, desde seus primórdios, a leitura do espaço urbano. Kuster (2014), lembrando Edgar Morin, evidencia que embora o cinema e o avião tenham nascido juntos, somente o primeiro adentrou o território da imaginação e saiu do patamar de simples máquina. Assim atravessamos também a sétima porta ao pensar a

---

<sup>2</sup> Esse trabalho faz parte da tese de doutorado em História, desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas, intitulada “*La ciudad que huye*”: expressões da (in)diferença na formação de bairros e condomínios fechados na Região Metropolitana de Buenos Aires a partir de 1970, financiada pela Fundação de Amparo e Apoio à Pesquisa (FAPESP, processo nº 2018/15067-7)

cidade como linguagem e território do sensível, isto é, a cidade atravessada pelas sensibilidades e as subjetividades, local dos afetos, do encontro com o outro e mesmo local dos conflitos e dissensos. A cidade feita pela experiência do viver urbano.

O cinema surge como experiência urbana, e na época hipermoderna, marcada pela visualidade e a relação com as imagens, é, ainda mais, um objeto de participação e inscrição de nosso ser no mundo, como escreve Campo (2010) e no caso dos objetivos desse texto, aparece como questionador dos processos urbanos atuais. Nesse sentido, enquanto a espetacularização urbana e o mercado imobiliário propagandeiam e vendem um modo de vida mais seguro nos enclaves fortificados – espaços privatizados, fechados e monitorados -, uma série de filmes contemporâneos, como *Historia del Miedo* (2014), de Benjamín Naishtat, *Los decentes* (2016), de Lukas Valenta Rinner, *O som ao redor* (2013) e *Aquarius* (2016), de Kleber Mendonça Filho, por exemplo, procuram descortinar o universo da aparente perfeição das chamadas “bolhas urbanas.”

Tais filmes afixam-se a uma longa tradição de expressão da cidade no cinema e dialogam ainda com uma categoria recente do *horror film*, a de “horror social”. Destarte, é interessante nos perguntamos porque esse cinema do cotidiano, da cidade, da expressão dos condomínios fechados e das relações de classe, tem se apropriado do gênero de horror e suspense? O medo é deliberadamente manipulado na narrativa visando certos efeitos ou certo perfil crítico? Assim, objetivamos pensar a construção do gênero de horror, e mais especificamente do horror social no cinema, como configuração importante das subjetividades contemporâneas e como forma de expressar algumas das figurações de cidade.

### **Narrativas contemporâneas do medo: cidade e cinema**

Recentemente, uma série de filmes que trazem como protagonista ou pano de fundo a cidade (ou a fuga dela), têm se apropriado do gênero de horror para construção de suas linguagens narrativas. Na Argentina, alguns filmes jogam com diversas figurações do medo que se dá a partir da construção de muros físicos e simbólicos e de sistemas de vigilância. São eles *Cara de queso ‘mi primer ghetto’* (2006) de Ariel Winograd, *Una semana solos* (2007) de Celina Murga, *Las viudas de los jueves* (2009) de Marcelo Piñeyro, *Betibu* (2014) de Miguel Cohan, *Historia del Miedo* (2014) de Benjamín Naishtat, e *Los decentes* (2016) de Lukas Valenta Rinner. É o caso também do filme mexicano *La Zona* (2007), de Rodrigo Plá, e do espanhol, *Pajaros Muertos* (2008), de Jorge Sempere e Guillermo

Sempere. O medo, no entanto, não se restringe às situações dentro dos condomínios fechados e parece permear todos os ambientes.

No Brasil, há também uma produção expressiva que traz o horror como elemento constitutivo da narrativa, especialmente a partir de diretores como Kleber Mendonça Filho, Juliana Rojas, Marcos Dutra, Sérgio Bianchi, dentre outros. Dessa forma, tem-se identificado uma espécie de nova categoria do *horror film*, a de “horror social”, que no caso dos filmes de Kleber Mendonça Filho, por exemplo, aparece para expressar conflitos sociais e raciais que pareciam “pacificados” pela cordialidade.

Embora seja difícil categorizar o gênero horror de maneira fechada, é possível identificar uma série de elementos presentes de maneiras semelhantes nas obras de horror artístico, uma vez que, “o gênero horror [que se manifesta em muitas formas de arte e muitas mídias], recebe seu nome da emoção que provoca de modo característico ou, antes, de modo ideal, essa emoção constitui a marca de identidade do horror.” Carrol, 1999. pp. 30-43 *apud* Canepa, 2008).

Vários dos elementos presentes em filmes de horror são largamente utilizados em *Las viudas de los jueves* (2009), *Historia del miedo* (2014) e *Los decentes* (2016) – filmes argentinos contemporâneos que ressaltam o contexto dos bairros privados e *countries*, denominação dada aos condomínios fechados na Argentina. Latidos e uivos de animais, sons em off, o fato de não conseguirmos identificar de onde vem o ruído, a câmera que se descola sem que o espectador tenha muita noção de para onde caminha a narrativa, cortes abruptos, etc.

No caso de alguns filmes brasileiros, o elemento de horror se dá muitas vezes pela aparição, ainda que pequena de elementos aparentemente sobrenaturais, como por exemplo o menino negro que passa de telhado em telhado – quase uma entidade – que assalta as casas em *O som ao redor* (2012), ou a empregada que aparece como um vulto no fim do corredor, quando a personagem de *Aquarius* (2016) comenta que a família havia sido furtada pela doméstica.

Lucas Caetano e Paula Gomes em análise aos filmes de Kleber Mendonça Filho mais especificamente, *Vinil Verde* (2004), *O som ao redor* (2012) e *Aquarius* (2016), procuram identificar o uso característico do gênero cinematográfico de horror nas obras do diretor como assinalamento dessa tendência cinematográfica contemporânea, de horror social, que no caso dos filmes do diretor recifense, ressaltam principalmente os conflitos de classe. Questões presentes também em outros filmes brasileiros (Cánepa, pp.33-37, 2013) como *Os inquilinos* (2009) de Sergio Bianchi, e *Trabalhar cansa* (2011) de Juliana Rojas e

Marco Dutra (Caetano; Gomes, 2020). Recentemente, o filme *M-8, quando a morte socorre a vida* (2019), de Jeferson De, também se apropria desse universo para discutir a questão racial.

Assim como na análise de Cánepa na qual o elemento de horror desses filmes não está ligado necessariamente à presença de forças sobrenaturais, mas a questões estruturais que moldaram a sociedade brasileira, nos filmes argentinos por nós citados temos a apropriação de elementos ligados ao gênero para expressar o medo do outro, mesmo nos locais projetados para a extrema segurança.

Os filmes sobre condomínios fechados, por exemplo, escancaram essas questões através de narrativas que delineiam uma série de problemas como violência, uso de drogas, preconceito etc., quebrando a aparente ideia de perfeição projetada no intramuros. Aparecem assim como linguagem privilegiada, não apenas como expressão da cidade no cinema, mas sintomas de uma espécie de cidade (des)encontrada, configurada no âmbito da crítica à implementação de políticas neoliberais, mudanças culturais e do aumento do discurso sobre a violência urbana, instituída numa nova lógica espacial.

Outro exemplo interessante, afiado a discussão sobre a aproximação desses filmes com o gênero de horror e suspense, é assinalado por Barrenha (2016) que em sua tese, ao analisar os filmes argentinos *Historia del Miedo* (2014), *Una semana solos* (2007), e *El hombre de al lado* (2009), escreve que às vésperas da escrita do capítulo intitulado Histórias do medo, ao revisar a lista de melhores filmes de 2015, encontrou o título *La hora del lobo*, um média-metragem documental de Natalia Ferreyra. O filme narra os acontecimentos de uma noite de dezembro de 2013 em Córdoba quando após uma greve da polícia, a cidade foi tomada por uma onda de saques.

No entanto, escreve a autora, a questão principal no filme não é a onda de saques em si, mas a reação dos moradores que retroalimenta a violência, não apenas a partir da contenção da violência já existente (no caso, os saques), mas tentando evitar o possível roubo a partir de critérios “aleatórios” como a cor da pele ou o meio de locomoção dos possíveis delinquentes.

Ainda, o que chamou a atenção da autora, além da temática do filme, foi o comentário do crítico argentino Oscar Cuervo ao dizer que desde *O exorcista* (1973) –essa foi a obra que mais o amedrontou e talvez até mais. O comentário e a percepção da autora nos sensibilizam mais uma vez para a camada de expressão desses filmes contemporâneos permeadas pelo medo na cidade marcada por um discurso sobre a violência, e sua relação com os filmes de horror e suspense.

Em relação aos filmes que tratam de ambientes monitorados, é interessante pensarmos, por exemplo, a noção de comunidade, que, como escreve Bauman, comumente remete a uma coisa boa, um lugar confortável e aconchegante. Escreve o autor “Aqui, na comunidade, podemos relaxar — estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”).” (Bauman, 2003, pp 7-8) A noção de comunidade abre, portanto, para a perspectiva levantada por Delemau, em “Medos de ontem e hoje”, de que “se uma desgraça acontece a uma coletividade, é por causa do estrangeiro” (Delemau, 2007, p.46). Alguns filmes, no entanto, jogam com essa questão ao expressarem que o problema não é a cidade, mas a própria comunidade (*Dogville*, 2003, de Lars von Trier; *A vila*, 2004, de M. Night Shyamalan; *A fita branca*, 2009, de Michael Haneke; e *Midsommar*, 2019, de Ari Aster, por exemplo).

O medo, como constituinte dessas narrativas, é um sentimento tanto real quanto imaginado, partindo de uma ideia tanto provável quanto exagerada. No contexto do viver urbano atual, esses filmes atam-se ainda ao tempo presente ou ao tempo do pensamento, no qual o discurso sobre a violência e a insegurança urbana perpassa diversas esferas e é potencializado pelo papel desempenhado pela mídia ao retratar ou enfatizar dados, sendo, portanto, uma expressão sensível dos processos de leitura urbana.

### **Insegurança urbana e corpografias do medo: você está sendo filmado**

Dentre os principais motivos para a adoção cada vez maior de sistemas de vigilância e controle, não apenas no interior das comunidades fechadas, mas de maneira ampla nos enclaves fortificados, está a insegurança urbana. De acordo com Caldeira, os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho.

Entre os vários elementos em transformação na cidade, os novos enclaves fortificados para moradia, trabalho e consumo das classes médias e altas são os que estão provocando as mais profundas mudanças. Apesar de terem diversos usos (alguns para moradia, outros para trabalho, lazer ou consumo; alguns mais restritos, outros mais abertos), todos os tipos de enclaves fortificados mantêm as mesmas características básicas. São propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão. (Caldeira, 1997, p.159)

Tais espaços trazem como base a separação entre o “nós” e os “outros” e assinalam diferenças. A *insegurança urbana* surge como um conceito importante ao incorporar as dimensões objetivas e subjetivas, enquanto fenômeno social construído, e

vai muito além da violência urbana, evitando, desse modo, possíveis encobrimentos e simplificações, sem, no entanto, desvalorizar a questão da criminalidade e de seu crescimento, que tem sido objeto de atenção de crescente número de trabalhos, em especial de pesquisadores brasileiros e latino-americanos. (Sposito; Góes, 2013, p. 165)

Nesse ponto é importante destacar o papel da mídia na retroalimentação dessas visões e da insegurança urbana, especialmente por se tratar de um veículo de comunicação que busca identificação com seus telespectadores, leitores ou ouvintes. Côrrea, por exemplo, investiga as relações entre a busca por segurança, o imaginário do medo na geografia urbana e o papel da imprensa de massa como condicionante das mudanças urbanas, uma vez que as mudanças comportamentais surgem também a partir de uma construção simbólica do medo.<sup>3</sup>

A criação dos enclaves fortificados enquanto mudanças arquitetônicas e urbanísticas na cidade – a “arquitetura do medo” (Neves, 2016, pp. 138-155) -, sustentada pela estética do medo, tem efeitos ainda na estruturação dos corpos dos sujeitos na cidade, e nesse sentido uma série de pesquisas procura pensar essa corpografia resultante do medo cotidiano da violência e sua espetacularização pela mídia (Ferreira, 2011).

O conceito de *corpografia*, utilizado em referência a Paola Berenstein Jacques e Fabiana Dutra Britto (2008), reflete sobre as relações entre corpo e cidade. “O contexto social que se apresenta em relação ao medo da violência condiciona uma vivência do cidadão neste ambiente e por isso define um efeito, uma grafia específica em seu corpo” (Ferreira, 2011, p. 87.).

Para Ferreira, os dispositivos criados para lidar com o medo aparecem de maneira difusa na atualidade e alteraram a dinâmica arquitetônica e urbanística da cidade – câmeras, muros, grandes, cancelas, portaria monitoradas – modificando o comportamento social e a vivência do ambiente. O “*Sorria, você está sendo filmado*”, faz com que o corpo sofra “restrições e por isso ‘correções’ na sua forma de expressão em relação à cidade”

---

<sup>3</sup> Embora o autor trate do caso específico do Rio de Janeiro, enfatizando as transformações urbanas na cidade através da leitura de crítica de uma série de reportagens intitulada “A guerra no Rio”, suas considerações são importantes à medida que trabalham a partir da perspectiva da cidade em intensa modificação pela construção dos mapas simbólicos realizados pelos meios de comunicação. (Corrêa, 2010. p. 88-105).



(Ferreira, 2011, p. 89.). Essa restrição do corpo, que tem como máxima a mudança para os residenciais fechados e monitorados, representaria uma espécie de “punição consentida”, na qual abre-se mão da liberdade pela segurança do enclausuramento.

Nesse ponto é interessante lembrarmos a leitura de Costa (2019) buscando pensar os signos alegóricos usados para expressar as relações sociais e urbanas nos âmbitos privados e públicos em *O som ao redor* (2012). O filme, que no primeiro plano-sequência, traz uma garota andando de patins em um estacionamento e em seguida crianças brincando em uma quadra onde são vigiados por suas empregadas, condensa nos primeiros minutos as relações entre dentro/fora, espaço privado/público, através do cotidiano de crianças que:

não chegam a conhecer os perigos que a rua traz. Brincar na rua é um ato de transgressão. Suas vidas são permanentemente vigiadas por pessoas de dentro de casa e de fora de casa. Há uma preocupação iminente com as pessoas desconhecidas, e um desajuste afetivo com aquelas que se conhece. Onde reside o afeto entre as pessoas na cidade socialmente apartada? Crianças e jovens se escondem entre os muros. Cada janela é a guarita da vigilância; não existe mais um lugar seguro para o sexo, a sexualidade e a falta de pudor. Os muros altos ajudam a proteger os segredos, mas as câmeras gravam as ações transgressoras. (Costa, 2019, p. 137)

Embora os moradores de locais monitorados assinalem uma liberdade no ir e vir, essa liberdade é apenas simbólica, pois as formas de organização desses espaços representam entraves a livre circulação e as formas de se portar nos ambientes. *Los decentes* (2016), por exemplo, logo nos primeiros minutos, após Belén – a empregada que presta serviços a um *country* de classe média alta próximo a Buenos Aires - ser contratada, traz como cena seguinte o desembarque dos funcionários na porta do condomínio e a revista de seus pertences, algo comum para a entrada de funcionários em condomínios de luxo.

A postura de Belén, e isso se repete em algumas cenas de filmes no qual empregadas trabalham em casas de luxo, como em *Historia del Miedo* (2014), o argentino *El hombre de al lado* (2011), ou o brasileiro *Que horas ela volta?* (2015) é sempre acuada, com os ombros e a cabeça um pouco baixa, como se estivesse constrangida, um dos efeitos de estar sempre sendo vigiado.

Em *Historia del Miedo* (2014), uma das questões da narrativa é o constante aumento de lixo ao redor da urbanização fechada onde se ambienta o filme. Em determinado momento, Carlos e sua esposa, personagens do filme, remexem no lixo que

aparece dentro da urbanização fechada e gritam para que os guardas averiguem a situação. É o início do anoitecer e a câmera se alterna entre os personagens revestidos por fumaça. Em close, a câmera filma a arma do segurança, repreendido por Carlos:

- O que faz? O que faz com a arma? Não pode andar assim com uma arma, vai assustar todo mundo.
- Mas os cachorros...
- Mas o que?
- Os cachorros são perigosos.
- Os cachorros o que??!
- Podem machucar alguém.

O segurança responde com voz oscilante. Os dois se encaram bem próximos durante alguns segundos e em seguida a cena é cortada. Essa é uma característica interessante se nos lembrarmos, por exemplo, do famoso filme de horror de David Cronenberg, *Calafrios* (Shivers, 1975). No filme, um jovem casal se muda para um condomínio residencial e são acometidos por uma doença causada por um verme que se espalha entre os moradores, e os torna maníacos sexuais. Na primeira cena, quando os personagens estão alugando o apartamento, há uma longa sequência de discussão com o segurança do prédio que usa uma arma e frisa, várias vezes, que é apenas por precaução, uma vez que não acontecem situações em que ele precise usá-la. Como em *Historia del miedo* (2014) e também em *O som ao redor* (2012), o diretor enfatiza, por meio de closes, o logo da empresa de segurança privada, o uniforme e a arma, assim como salienta o despreparo do segurança.

Embora tenha trazido para especificar o trato com os funcionários, a postura recuada e a constante sensação de estar sendo vigiado, indicada pela forma como os corpos se portam nos ambientes, não se resume à classe trabalhadora dos condomínios ou bairros privados, e pode ser notada também nos moradores, reforçando a ideia da apenas aparente sensação de liberdade, pois a presença constante das câmeras inibe ações naturais das pessoas.

Essa mudança na estruturação dos corpos, é um dos efeitos da “arquitetura do medo” e os enclaves fortificados um exemplo da mudança urbana que procura coibir a violência. Outro exemplo é a arquitetura hostil quando um ambiente é projetado para desencorajar o uso do espaço (rochas colocadas embaixo de viadutos ou em áreas em que os moradores em situação de rua costumam se abrigar, divisórias colocadas em bancos de praça impedido as pessoas de se deitarem, etc.) também face do processo de espetacularização urbana.

## Considerações finais

A epígrafe utilizada no início do texto foi retirada do site da Alphaville Urbanismo, empresa brasileira de condomínios fechados que atua em diversos estados do país, mas poderia facilmente ter sido retirada do *Urbanizacion*<sup>4</sup>, site gerido pelo mercado imobiliário argentino, com mais de 1000 inscrições de condomínios fechados na Região Metropolitana de Buenos Aires. Nesse caso, os contextos brasileiro e argentino se assemelham.

Mas enquanto existe um mercado exitoso que vende um modo de vida mais saudável e seguro dentro de enclaves fortificados, uma série de filmes, enquanto documentos do seu tempo, tencionam as relações e a aparente perfeição projetada de maneira publicitária, por exemplo, para esses espaços amplamente monitorados – como nos casos dos condomínios fechados dos filmes argentinos, ou dos prédios e do bairro fechado em *O som ao redor* (2012) e *Aquarius* (2016).

As narrativas filmicas por nós elencadas, ao se apropriarem de elementos ligados ao gênero de horror e suspense para expressar a cidade, quebram a ideia de perfeição projetada para as bolhas urbanas e, ao mesmo tempo, colocam em discussão conflitos sociais que pareciam apaziguados por uma aparente harmonia de classes, ou ainda a ideia de que a violência se dá apenas na cidade.

Os elementos de horror aparecem como formas disruptivas na narrativa e causam desconforto no espectador. Podemos pensar assim, a partir de duas dimensões: a do medo expresso pelos personagens dos filmes e como presença característica da narrativa; e a de como esse medo realiza uma espécie de quebra da quarta parede e é responsável por causar sensações nos espectadores, uma das características principais do gênero. Como escreve Eliana Kuster, “no cinema a indiferença torna-se insuportável” (Kuster, 2014, p.221). E, “é contra essa indiferença que, muitas vezes, se lança mão do cinema e da ‘cinematização’ urbana, ou seja, a transformação e o enriquecimento da imagem das cidades por meio de sua representação nas telas” (Kuster, 2014, p. 228).

Paola Berenstein Jacques procura pensar micro-resistências ao processo de espetacularização urbana a partir de três questões complementares: “a complexa relação entre corpo e cidade, os conflitos no espaço público e, por fim, a vitalidade e intensidade da vida pública das áreas mais populares ou informais das cidades” (Jacques, 2010, p. 108). Para a autora, o processo de pacificação dos espaços públicos é um dos maiores responsáveis pelo empobrecimento das experiências corporais na cidade e também

---

<sup>4</sup> < <https://urbanizacion.com.ar/>>. Acesso em 19 de set. de 2022.

responsável pela negação dos conflitos e dissensos nesses locais. As zonas urbanas opacas, em referência a Milton Santos, áreas mais populares ou informais da cidade, são espaços de micro-resistências aos constantes processos de ordenação e higienização.

A espetacularização urbana, assim, com projetos realizados seguindo a estratégia “homogeneizadora, espetacular e consensual” (Jacques, 2010, p. 108), “busca transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária” (Jacques, 2010, p. 108). Embora a autora esteja falando da cidade propriamente dita, e não dos condomínios fechados, os enclaves fortificados, parecem-nos, constroem-se dentro da mesma lógica ao se formarem pela completa negação do urbano e do espaço público e pela tentativa de estabelecimento de uma ordem que vai do projeto arquitetônico/urbanístico às normas de convivência. Ora, os enclaves expressam a total negação do dissenso, dos desvios, da coabitação entre diferentes, da política.

Os filmes expressam, dentre outras coisas, o lugar do não encontro dos corpos indicando que os muros são também corporais. Seria possível ressignificar a corpografia – e fugir de uma corpografia do medo - nesse locais? Existiriam zonas opacas dentro dos condomínios fechados ou os espaços que fogem a exatidão estão apenas além dos muros e dos enclaves fortificados?<sup>5</sup>

Esses filmes, ao jogarem com o universo característico dos filmes de horror para construir suas narrativas perpassadas pelo medo, seja da cidade, seja do outro (desconhecido ou não), não deixam claro o tipo de cidade que pretendem construir. Mas, enquanto trabalham com uma imagem construída no negativo e na percepção do contrassenso, ajudam-nos em uma compreensão mais complexa do urbano e das formações das sensibilidades e subjetividades contemporâneas. Por fim, o perfil crítico elencando por essa cinematografia seria uma micro-resistência urbana? São – os filmes - a constatação irreversível do fracasso ou “arte construtora de dissensos” (Jacques, 2010)?

## Referências bibliográficas

Barrenha, N. (2016) A cidade e os medos – Historia del miedo (Benjamín Naishtat, 2014). In: A.F. Rodríguez e C. Elizondo (Comps.). *Actas del V Congreso de la Asociación Argentina*

---

<sup>5</sup> Jacques citando Milton Santos, que diz que as zonas opacas “são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços de exatidão”, e nesse sentido é interessante pensar no curta de Martel ao opor os “vizinhos de frente” e os barulhos que invadem a tela quando a filmagem se lança ao lado oposto do muro. (Santos, 1996. p. 261. *apud* Jacques, 2010)

*de Estudios de Cine y Audiovisual*. Buenos Aires, Argentina: Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual – AsAECA.

Bauman, Zygmunt. (2003) *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Bresciani, Maria Stella Martins. (1981) As sete portas da cidade. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo.

Campo, Mônica Brincalpe (2010). *História e cinema: o tempo como representação em Lucrecia Martel e Beto Brant*. 2010. Tese (Doutorado) – Curso História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

Costa, Wendell Marcel Alves. (2019) Poéticas e signos alegóricos em *O som ao redor*. Rebeca – Revista Brasileira de Estudos de Cinema e audiovisual. Ano 8. N. 2. pp.129-154.

Gorelik, Adrian. (2004) *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y crítica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Argentina.

Caetano, Lucas Procópio. Gomes, Paula. (2020) Medos públicos em lugares privados: o horror nos filmes de Kleber Mendonça Filho. *Significação*, São Paulo, v. 47, n. 54, jul-dez.

Caldeira, Teresa P. do Rio. (1997) *Enclaves fortificados: A nova segregação urbana*. Revista Novos Estudos, Rio de Janeiro, nº 47, p. 155 – 176.

Cáneppa, L. L. (2013) Horrores do Brasil. *Filme Cultura*, Rio de Janeiro, n. 61, p. 33-37.

Cáneppa, L L. (2008) *Medo de que?: uma historia do horror nos filmes brasileiros*. 2008. 83p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. 2008.

Carooll, Noël. (1999) *A filosofia do horror ou paradoxos do coração*. Campinas: Papyrus.

Corrêa, Felipe Botelho. (2010) A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana. *Contemporânea*. Ed.14, vol. 8, n.1, p. 88-105.

Costa, Wendell Marcel Alves. (2019) Poéticas e signos alegóricos em *O som ao redor*. Rebeca – Revista Brasileira de Estudos de Cinema e audiovisual. Ano 8. N. 2.

Delemeau, Jean. (2007) Medos de ontem e hoje. In: Novaes, Adauto. *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc Sp.

Ferreira, Marcelus Gonçalves. (2011) *Corpo/Cidade: uma corpografia do medo*. Contemporânea. Ed. 18, v.9, n.2.

Jacques, Paola Berenstein. (2010) Zonas de tensão: em busca de mico-resistências urbanas. Jacques, Paola Berenstein. Britto, Fabiana Dultra. *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, p. 108.

Kuster, Eliana. (2014) A insuportável indiferença: indo ao cinema na companhia de Georg Simmel. (Org.) Pechman, R. *A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

Neves, Luis Antonio Ferreira das. (2016) Violência Urbana: as barreiras isolam o edifício residencial. *Revista Interfaces*, n. 24., vol.1.

Pechman, Robert Moses. (2014) Na selva das cidades: um blasé e três voyeurs – Simmel, Hopper, Hitchcock e Vettriano. In: Pechman, Robert Moses. (Org.) *A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Sposito, Maria Encarnação Beltrão; Góes, Eda Maria (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social* – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp.



**Título: A esperança equilibrista: do “Bom Conselho” e do “Bom Governo”.**

**Autor/a:** Robert Moses Pechman, Professor associado III do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

**Mesa: Habitar a cidade: espaço de vivências e múltiplas apropriações**

**Resumen:** O que a música pode nos contar da cidade? Melhor que isso, podemos considerar a música como uma das vozes da cidade? Ela rumoreja, murmura, a música rezinga, ela alardeia, ela canta, ela encanta, ela conta. A música sabe-se à cidade, ela contém em si o próprio conceito de cidade. Ali onde a cidade ainda urinava nas calças e fazia-se pólis, o teatro e a música, cantavam a alteridade que é constituinte da compreensão da pólis como universo de convívio humano e urbano.

**Palabras clave:** *cidade, música, cultura, afetos, política.*

Parto do pressuposto que a música ocupa lugar ímpar na dramatização da vida e do convívio urbano, pois ela se transformou numa espécie de oráculo urbano onde vamos nos abeberar, nos indagar, questionar e perguntar, insistente e esperançosamente, por nossos afetos: sejam os do amor, da paixão, do desejo, da melancolia, do desprezo, do ciúme, do prazer, da vingança, do ressentimento e da esperança. A música dá voz a teatralização do nosso cotidiano, operando mesmo na constituição de nosso imaginário sobre a cidade e também sobre a cidadania e a urbanidade. Sintomaticamente há sempre uma música a marcar os momentos cruciais de nossa estadia na Terra. Não por acaso, nos grandes momentos da vida nacional, das manifestações políticas da vida pública e do convívio cotidiano na cidade, uma música estará sempre a ajudar a tremular bandeiras de todos os matizes. Quem não se lembra de “Vai passar”, “O bêbado e a equilibrista”, “Sampa” e muitíssimas outras?

A música é voz e dá a voz, inundando o nosso mundo de uma plenitude de sentimentos, sejam eles do amor, da política ou da cotidianidade com seus tédios. O que,

então, a música pode nos contar da cidade? Melhor que isso, podemos considerar a música como uma das vozes da cidade, ela rumoreja, murmura, a música rezinga, ela alardeia, ela canta, ela encanta, ela conta. A música sabe-se à cidade, ela contém em si o próprio conceito de cidade, ali onde a cidade ainda urinava nas calças e fazia-se pólis, o teatro e a música, cantavam a alteridade que é constituinte da compreensão da pólis como universo de convívio humano e “urbano” (Andrade, 2001, pp.17). Três fatores básicos caracterizavam a democracia de Atenas: a preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder, a publicidade da vida (acesso às leis que regem a cidade e o debate público das decisões) e a isonomia, onde todos cidadãos se concebem como semelhantes. Trata-se então da palavra, da linguagem, e do ritmo, que se transmuta em musicalidade e que canta as delícias da convivialidade e o veneno de suas insuportabilidades.

O que vou esboçar aqui, então, é o papel da música na constituição de um imaginário sobre a urbanidade, e por isso mesmo, seu papel na captura das formas de viver na cidade: seja dos afetos, seja das idiosincrasias da vida pública, seja da cotidianidade. Segundo constatou o sociólogo José Eisenberg em seu artigo “A caixa de Pandora” da coleção *Decantando a república. Inventário histórico da canção popular moderna brasileira*, de uma coleção de 721 canções da MPB, as palavras associadas às expectativas positivas como esperança, fé, coragem, promessa, aparecem 245 vezes. Já as palavras relativas às emoções com expectativas negativas como medo, angústia, ilusão, desespero aparecem 104 vezes. No entanto, as palavras associadas à ideia de esperança, incluindo as formas do verbo esperar, aparecem 162 vezes (Eisenberg, 2004, pp.117). Tal constatação enseja que as composições contem algo sobre a vida urbana e sobre as cidades que convém escutar, no que diz respeito à compreensão da experiência urbana, que nem sempre é percebida pelos manuais científicos.

Logo, vou examinar e quero homenagear, ao mesmo tempo, a obra de diversos compositores, em especial Aldir Blanc, que faleceu o ano passado de Covid e que soube como ninguém, extrair da sua cidade, toda a doçura, deboche, ironia, malandragem, gaiatice, cafonice, fazendo nossas vidas menos patéticas e mesquinhas. Embora não trilhe os caminhos da palavra *esperança*, conquistou no cancionero brasileiro, Aldir semeia em suas canções aquilo que dá suporte a urbanidade e é a condição mínima de coexistência na cidade: o encontro, a amizade, a solidariedade e a comunhão.

Nesse sentido, sua música “Plataforma” ocupa um lugar de destaque na explicitação de como a música prega o encontro, ao gritar aos quatro ventos:



Não põe corda no meu bloco  
Não vem com teu carro-chefe  
Não dá ordem ao pessoal.  
Não traz lema, nem divisa  
Que a gente não precisa  
Que organizem nosso carnaval.  
Não sou candidato a nada  
Meu negócio é madrugada  
Mas meu coração não se conforma  
O meu peito é do contra  
E por isso mete bronca  
Neste samba plataforma.  
Por um bloco  
Que derrube esse coreto  
Por passistas à vontade  
Que não dancem o minueto  
Por um bloco  
Sem bandeira ou fingimento  
Que balance e abagunçe  
O desfile e o julgamento.  
Por um bloco que aumente  
O movimento  
Que sacuda e arrebente  
O cordão de isolamento  
Não põe no meu. <sup>1</sup>

A canção “Plataforma”, não é uma música política, bem melhor do que isso, é um samba plataforma de se viver, plenamente, fora do “cordão do isolamento”. O que nos conta então esta música? A música nos traz, sob a metáfora de um bloco de carnaval, a disputa pela cidade, encarnada no bloco, que se rebela das cordas que o isolam da vida da urbana. Embora a letra não se refira à cidade é nítido que o bloco é visto como rompendo, com a ordem urbana, presentificada nas palavras, “corda”, “carro-chefe”, “divisa”, “lema”, “coreto”, “minueto” e “cordão de isolamento”.

Ao proclamar que não é preciso que “organizem nosso carnaval” a letra sugere ruptura com a ordem que certamente está presente nos ditames das posturas municipais. Em seguida a isso o bloco passa a dizer a que veio, pregando seu samba plataforma: “meu coração não se conforma”, “o meu peito é do contra”, “meu negócio é madrugada”. Na sequência, o bloco assume o protagonismo do impasse de seu cerceamento: um “bloco que derrube o coreto”, “com passistas à vontade”, “que não dancem o minueto”, um bloco “sem fingimento”, que “abagunçe o desfile e o julgamento” e que “sacuda e arrebente, o cordão de isolamento”.

---

<sup>1</sup> Plataforma, Aldir Blanc e João Bosco.

Finalmente o bloco se impõe à cidade, acabando com a passividade, sacudindo e arrebatando o isolamento que separava as pessoas, configurando-as, em sua “solidariedade” patética, como um grupo organizado em torno do prazer do samba que se torna como que uma “plataforma” debochada contra uma ordem que não resiste ao pulsar da vida.

A toada da solidariedade, da amizade na vida pública e no espaço público se repete em muitas outras letras de músicas composta por Aldir. Em “Amigo é pra essas coisas” Aldir ensaia uma conversa de bar entre dois amigos, estando um deles completamente desolado por ter sido deixado pela amada. Ato seguinte o amigo oferece a seu camarada sofrido um trago e também “algum” emprestado, ao que o desolado sugere que quer mesmo é morrer e o amigo o consola e anima redarguindo que se “na morte a gente esquece”, “no amor a gente fica em paz”. Diante de tal prova de solidariedade com sua dor, o amargurado agradece pela amizade do outro dizendo que “o apreço não tem preço”, desfecho que faz do encontro e da amizade no botequim uma espécie de muro de arrimo para nossa frágil existência na cidade.

Mas, despedimo-nos de Aldir e abracemos outros compositores que também cantam o pulsar da vida na cidade. Para tal fazê-lo escolhi a já mencionada *Esperança* como afeto mais consistente presente nas letras de música da MPB.

### **“Espere sentado ou você se cansa”**

“Quem espera sempre alcança”, diz o dito popular, pois “a esperança é a última que morre”. “Bate outra vez de esperanças o meu coração” segredou Cartola na música, ao que Drummond rebateu: “Como viver o mundo em termos de esperança? E que palavra é essa que a vida não alcança?” E Geraldo Vandré rugiu: “... esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Para Chico Buarque, Pedro Pedreiro está destinado a esperar, a esperar o sol, a esperar o trem, a esperar o aumento, a esperar o carnaval e a sorte grande pela Federal. Tantas as esperanças de Pedro, que este não se cansa de esperar a festa, esperar a morte, o dia de voltar para o Norte, em seu desespero de esperar demais.

O poeta Ferreira Gullar revelou que o que o sustenta é uma “clandestina esperança”, para arrematar que “Na cidade de 4 milhões de habitantes tu és uma só” e que sem qualquer esperança, ainda assim, o poeta continua. Em Aldir Blanc a esperança, que é uma equilibrista, sabe que o show de todo artista tem que continuar.

“Pátria que me pariu” gemeu Gabriel o Pensador, “qual é a cara da criança? A cara do perdão ou da vingança? Será a cara do desespero ou da esperança?”

Para o autor do livro “Utopia. A história de uma ideia”, George Claeys, a esperança “é apenas um vapor, uma quimera, capaz de ser instantaneamente dissipada no raiar do dia” (Claeys, 2013, pp. 116). Já para a pensadora Hannah Arendt a esperança flutua numa “certeza incerta, sobre um bem que virá. Trata-se de construir um lugar tangível em que a liberdade possa se manifestar” (Arendt *Apud*, Starling, 2018, pp.18).

Enquanto, no artigo “A palavra democrática ou da utopia da necessidade à utopia poética, Renato Janine se pergunta: “que palavra sustenta a democracia?” E mais ainda: “seria possível haver uma palavra democrática que seja ao mesmo tempo densa (preche, por exemplo, de poesia?” (Ribeiro, 1998, pp.106).

Talvez “Esperança” possa ser essa palavra, pois ela opera como se fora uma espécie de matéria-prima da vida da cidade e da própria sociedade. Não por menos o afresco italiano da “Alegoria do bom governo”, do século XIV, mostra as virtudes Fé, Caridade e Esperança rodeando o Bom Governador (claeys, 2013, p.116).

A esperança, dirá o personagem do conto de Rubem Fonseca, “A arte de andar pelas ruas do Rio”, “a esperança é uma espécie de libertação” (Fonseca, 1994, pp. 617). Segundo José Eisenberg na tradição do cristianismo, a esperança é uma das virtudes teológicas, junto com a fé e a caridade (Eisenberg, 2004, pp.115). Para este, enquanto a fé é cega, a esperança (de redenção) é uma âncora necessária ao homem. Assim, segundo o autor, em Hobbes, a esperança é tão virtuosa que é capaz de superar o próprio medo. Nesse sentido, sem esperança, a sociedade se sentiria ameaçada pelo caos social, pois não haveria o consentimento a um pacto, que é capaz de estabelecer, simultaneamente o soberano e a sociedade civil (Eisenberg, *apud* Ribeiro, 1998, pp.115). A esperança se transforma, portanto, em um dos elementos fundamentais da ação e mesmo da inação política. Entretanto, se em Hobbes ela aparece como virtude, em Rosseau ela se manifestará como vício. Ter esperança, para Rosseau, significa entregar-se à passividade dos que apenas contemplam o mundo e esperam... Para o filósofo a esperança paralisa (Id.Ibid, p.116).

Segundo o marxista Ernest Bloch, que escreveu três volumes sobre o “Princípio Esperança”, a esperança concreta tem suas raízes antropológicas nas insuficiências humanas como a fome e a busca do bem-estar ainda inexistente, mas possível de se alcançar. Para Antônio Vieira, que resenhou os três volumes de Bloch, trata-se de construir uma sociedade onde a abundância e o bem-estar sejam constantes (Vieira, sem data, pp.1).

O marxismo de Bloch invoca a esperança como a possibilidade de recuperação de uma utopia positiva e como a realização dos sonhos de uma sociedade. Para Bloch, portanto, a utopia não seria algo fantasioso pois ofereceria uma base real à reestruturação da sociedade, coisa só viável quando realizada coletivamente. Nesse sentido, em seu coletivismo, a esperança deixa de ser uma visão idealista, uma mera contemplação da realidade e se politiza (Vieira, sem data, pp. 2). O suposto apelo ao subjetivo e à vontade dos homens não é, no entanto, algo da ordem romântica e idealista, comenta Vieira. A esperança é tomada por Bloch como uma animadora da ação política e da transformação revolucionária e através dessa, este pretende compreender a importância do aspecto subjetivo da esperança no movimento objetivo da história (Vieira, sem data, pp. 5). No entanto, afirma Bloch, a esperança é orientada pela razão e não consegue se manifestar sem esta. Assim sendo a esperança deixa de ser um princípio meramente psicológico para se tornar uma realidade objetiva. Por isso mesmo, o conteúdo da esperança não estaria numa transcendência, mas nas próprias contradições históricas. A esperança, conclui Ernest Bloch, é constitutiva do próprio ser humano (Bloch *apud* Vieira, sem data, pp.7).

Virtude, vício, uma utopia positiva ou mesmo a distopia, a esperança/desesperança se revelam inescapáveis na compreensão da vida urbana e social de qualquer época histórica. Nesse sentido, podemos lançar um olhar para as representações sobre o viver na cidade a partir dos múltiplos imaginários artísticos e literários que tematizam a esperança e tudo aquilo que lhe dá sentido em termos de sua realização coletiva e pública.

A música, a poesia e as manifestações literárias, são o que, talvez, representem com mais veemência a “permanente oscilação entre uma esperança convertida em fé e disposta ao perdão ou um desespero convertido em revolta e disposto à vingança”, (Eisenberg, 2004, pp.116). Vejamos, então, como as expressões positivas e negativas, relativas à esperança, representam o viver social e urbano. Para tanto faz-se necessário que entendamos primeiro que “o político está fundado no afeto... que o político só tem sentido se fundado no afeto”... E, ainda mais, que a “política se funde no açúcar e no afeto”. (Ribeiro, 2004, pp.162). Portanto, a pergunta que não quer calar é a que, em alto e bom som, indaga se a política, como querem os cientistas sociais, só serviria a resolver problemas políticos e não os pessoais? Certamente não será nos manuais de Ciências Sociais que encontraremos respostas sobre se um mundo melhor se tornará possível se fundado no afeto. Como passar, então da utopia da necessidade, que prega a

regulamentação do poder, portanto a própria política, à utopia poética, que diz respeito a dimensão emocional, sempre presente nos atos humanos? (Ribeiro, 1998, pp.106).

Para o filósofo-político Renato Janine em seu artigo “A utopia lírica de Chico Buarque de Holanda” (Ribeiro, 2004, pp.162) trata-se de política sim, mas do caráter político da felicidade e do bem-estar, ou seja, da esperança de sua realização. Escutem o CD “O político”, da coletânea “Chico Buarque 50 anos” e já saberão do que se trata, quando o íntimo e o pessoal se convertem no coletivo e no social.

Embora não política, no sentido literal da palavra, a letra de uma das canções do repertório de Chico Buarque, “Samba e amor”, é daquelas que expressam, liricamente, a chamada para a “política da felicidade”, diante do chamado da sociedade para a “política propriamente dita”, que determina que se cumpram os deveres sociais, do trabalho e do cumprimento das obrigações cotidianas da cidade, enquanto o protagonista da música, em sua doce subjetivação, se revira na cama depois de uma longa noite de amor. Veja-se a letra:

“Eu faço samba e amor até mais tarde  
E tenho muito sono de manhã  
Escuto a correria da cidade, que arde  
E apressa o dia de amanhã  
De madrugada a gente ainda se ama  
E a fábrica começa a buzinar  
O trânsito contorna nossa cama, reclama  
Do nosso eterno espreguiçar  
No colo da benvinda companheira  
No corpo do bendito violão  
Eu faço samba e amor a noite inteira  
Não tenho a quem prestar satisfação  
Eu faço samba e amor até mais tarde  
E tenho muito mais o que fazer  
Escuto a correria da cidade, que alarde  
Será que é tão difícil amanhecer?  
Não sei se preguiçoso ou se covarde  
Debaixo do meu cobertor de lã  
Eu faço samba e amor até mais tarde  
E tenho muito sono de manhã”.<sup>2</sup>

Na música o personagem está na contramão da cidade pois fez samba e amor a noite inteira e de manhã tem muito sono na hora em que todos vão para o batente. Aqui a cama opõe-se ao trânsito, assim como o amor, ao trabalho, o público ao privado e a felicidade à ordem. A cidade corre lá fora e o boêmio escuta o ruído do trânsito ao longe,

---

<sup>2</sup> Chico Buarque, Samba e amor.

sem se abalar e sem lembrar de seus compromissos urbanos. A pressa, a correria, a fábrica que buzina e o trânsito, dão contorno a cama de forma a regular o erotismo que dela emana.

Assim a ordem urbana reclama e tenta se impor à doçura do colo da companheira e do sinuoso corpo do violão. É então que o boêmio amoroso, eroticamente “politizado”, se insurge e anuncia que não deve satisfação a ninguém. O conflito se estabelece, qual lei cumprir? A da cidade ou a dos afetos? A de uma política econômica ou de uma economia dos afetos? Em Chico a “desordem amorosa” não deve satisfação a qualquer lei a não ser, à mais-valia do gozo.

Na mesma linha de argumentação vai o psicanalista Christian Dunker quando se pergunta, como julgamos nossas vidas a partir da ideia de felicidade? (Dunker, 2017, pp.183). Para o psicanalista:

na modernidade, ser capaz de perguntar sobre sua própria felicidade tornou-se um fator político, coisa que acontece...quando nossas instituições políticas e econômicas completam seu processo de laicização... [e] forma-se, historicamente, em escala de massa, uma espécie de “governo invisível” de nossas vidas, do qual passamos a esperar (ele prometeu) a felicidade (Dunker, 2017, pp.183).

Por isso mesmo, a esperança de uma feliz-cidade acaba produzindo uma mutação do estatuto moral do sofrimento. “Passamos, portanto, a poder escolher quais formas de sofrimento e, conseqüentemente, quais formas de felicidade devem reger uma vida” (Dunker, 2017, pp.183). Nesse sentido, uma reinterpretação do mundo, da sociedade e da cidade se impõe em uma nova chave.

Se tomarmos a música “Bom Conselho” de Chico Buarque, veremos como esta implica numa desmontagem do senso comum que se impunha como norma, a reger a experiência social.

Ouça um bom conselho  
Que lhe dou de graça  
Inútil dormir que a dor não passa.  
espere sentado  
Ou você se cansa,  
Está provado, quem espera nunca alcança.  
Venha, meu amigo  
Deixe esse regaço  
Brinque com meu fogo  
Venha se queimar.  
Faça como eu digo  
Faça como eu faço,  
Aja duas vezes antes de pensar.  
Corro atrás do tempo,  
Vim de não sei onde,  
Devagar é que não se vai longe.  
Eu semeio o vento  
Na minha cidade  
Vou pra rua e bebo a tempestade.

A música aposta numa subversão total da ordem lógica e moral da sociedade na qual o conceito de felicidade espelhava um senso comum que se impunha como tradição. A letra supõe que o compositor irá dar um “bom conselho” e, ainda mais, de graça. Para tanto, melhor seria, que o ouvinte esperasse sentado ou ele se cansaria de tanto esperar, pois está provado que quem espera nunca alcança e que devagar é que não se vai longe.

A música sugere uma espera e, ao mesmo tempo, uma reviravolta e que se parta para a ação em busca da realização das esperanças. Assim sendo, entre a ação e a paralisia, o compositor sugere que se passe à ação, agindo duas vezes antes de pensar, uma vez que ele, junto com o vento, semeia a novidade na sua cidade e age, determinadamente, ao beber a tempestade, como se dela, se embriagasse. O compositor seria, assim, uma espécie de tufão ao reembaralhar as cartas do destino do mundo. Principalmente quando propõe ao ouvinte sair da área de conforto (“deixe esse regaço”) e se aventurar em “outro” fogo. Outros afetos? Pode-se dizer de “Bom Conselho” que Chico adota os “Maus Conselhos” como uma espécie de veneno homeopático, que na dose certa, salva-nos da paralisia e da falta de esperança. “Bom conselho” é, portanto, a esperança de uma vida outra, menos enquadrada pelo senso comum.

Se a esperança, como dissemos acima, é um dos pilares do “Bom Governo”, a música “Canta, canta minha gente” de Martinho da Vila, embora não contenha a palavra esperança, evoca o tema da espera por dias melhores, ao propor que se cante alto e forte que assim “a vida vai melhorar”, pois “quem canta, seus males espanta”. Na mesma tônica do “Bom Conselho”, Martinho espera e canta por dias melhores, assim como Renato Russo em “Mais uma vez” afirma que “é claro que o sol vai voltar amanhã mais uma vez” e que “Escuridão já vi pior de endoidecer gente sã”. Mas, “Espera que o sol já vem” e “Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena”. Ao que Milton Nascimento arremata com “Nada será como antes”, quando afirma que já está com o pé na estrada e que “nada será como antes, amanhã ou depois de amanhã”. Milton se despede de uma vida intolerável devido ao “Mau Governo” e reconhece que nada será como antes, mas também que algum dia, tem-se a esperança, que algo de novo virá.

## **Bibliografia**

Andrade, Marta Mega (2001). *A cidade das mulheres*. Cidadania e alteridade feminina na Atenas clássica, RJ, LHIA.

Arendt, Hannah (2018). *Ação e busca da felicidade*, org. e notas Heloísa Starling, RJ, Bazar do Tempo, 2018.

Clayes, George (2013). *Utopia. A história de uma ideia*, SP, Edições Sesc, 2013.

Eisenberg, José (2004). “*A caixa de Pandora*”. In: Cavalcanti, Starling, Eisenberg (orgs.) *Decantando a República. Inventário histórico da canção popular moderna brasileira*, RJ, Nova Fronteira/ SP, Fundação Perseu Abramo.

Fonseca, Rubem (1994). “*A arte de andar nas ruas do Rio*”. In: *Contos reunidos*, SP, Cia. das Letras.

Ribeiro, Renato Janine (2004). “*A palavra democrática ou da utopia da necessidade à utopia poética*”, In: Cavalcanti, Starling, Eisenberg (orgs) *Decantando a República. Inventário histórico da canção popular*, RJ, Nova Fronteira/ SP, Fundação Perseu Abramo.

Vieira, Antônio Rufino (sem data). *Princípio Esperança e a “herança intacta do marxismo” em Ernest Bloch*, s/d.